

CORREIO OFICIAL

Ano VII Nº 530

Sexta-feira, 29 de julho de 2016

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARAGUARI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG – EXTRATOS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS E ADITIVOS.

Contratado: CONSTRAL – CONSTRUTORA ARAÚJO LTDA 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL – 115/2016 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2015 Objeto: ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 135/2015 Valor: R\$765.918,47 (setecentos e sessenta e cinco mil novecentos e dezoito reais quarenta e sete centavos) Prazo: 21/12/2015 a 21/12/2016 DO: 02.11.00.10.302.0017.1016.4.4.90.51.00.

Contratado: ENGEPAZ ENGENHARIA LTDA. EPP 13º TERMO ADITIVO CONTRATUAL – 121/2016 TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2012 Objeto: REAJUSTE DE PREÇOS - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 212/2012 Valor: R\$107.805,65 (cento e sete mil oitocentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos) Prazo: 29/03/2016 a 25/09/2016 DO: 02.25.00.18.541.0002.2015.4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

Contratado: SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE ARAGUARI CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 114/2016 CREDENCIAMENTO Nº. 003/2016 Objeto: Contratação de estabelecimentos de saúde privados e/ou instituições filantrópicas para procedimentos médicos hospitalares, relacionados no anexo I do edital, para a Secretaria Municipal de Saúde Valor: R\$ 2.268.626,88 (dois milhões duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos) Prazo: 12 (doze) meses DO: 02.11.10.302.0017.2082.3.3.90.39.00 .10.302.0017.2082.3.3.90.39.00, 02.22.10.302.0028.2405.3.3.90.39.00.

Contratado: CONSTRAL – CONSTRUTORA ARAÚJO LTDA 4º TERMO ADITIVO CONTRATUAL – 118/2016 TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2014 Objeto: TERMO DE RETOMADA DA OBRA DAS URPVs - DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 117/2014 Prazo: 25/07/2016 a 25/10/2016.

Contratado: SERRAS AZUIS ENGENHARIA LTDA 2º TERMO ADITIVO CONTRATUAL – 102/2016 TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2015 Objeto: PRORROGAÇÃO DE PRAZO – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2015 Prazo: 10/06/2016 a 09/09/2016.

Contratado: Márcio Antônio Alves CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 119/2016 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 031/2016 Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA MONTAGEM E MANUTENÇÃO NA REDE ELÉTRICA DA SALA ONDE INSTALARÁ O DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE Valor: R\$1.300,00 (mil e trezentos reais) Prazo: 30 (Trinta) dias DO: 02.11.10.122.0002.2031.3.3.90.36.00.

A Prefeitura Municipal de Araguari-MG, torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002, Decreto 7.892/2013, Lei Municipal n.º 3.794, de 18 de novembro de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e os decretos nº 054/2002 e 105/2014, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO, EXCLUSIVAMENTE PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, visando a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA ATENDER O DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI**, mediante contrato, de acordo com o Edital de Pregão nº 096/2016, devendo a proposta e documentação ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua Virgílio de Melo Franco n.º 550, no dia **11 de agosto de 2016, até às 13:00 horas**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal, mediante o recolhimento da quantia de R\$5,00 (cinco reais), que deverá ser depositada na Conta nº 33-0, Agência 0096 do Caixa Econômica Federal S/A, ou gratuitamente através do site da Prefeitura Municipal de Araguari/MG: www.araguari.mg.gov.br. Mais informações, pelo telefone (0**34) 3690-3280.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARAGUARI



TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando parecer jurídico de fls. retro, declarado que foram atendidas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 117/2016**, modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2016**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR AS OBRAS DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA MORAIS, SITUADO NA RUA SACRAMENTO, Nº 41, B. JÓQUEI CLUBE, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DE CÁLCULO E PROJETOS ANEXOS**, em toda a sua tramitação, a legislação pertinente.

Assim sendo, satisfazendo à legalidade e ao mérito administrativo, **HOMOLOGO o PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 117/2016**, modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 006/2016** com fundamento no inciso VI, do art.43, da lei nº 8.666/93, **ADJUDICANDO** o objeto licitado em favor da empresa **GRS SERVIÇOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.525.242/0001-39, situada na Rua Afonso Pena nº 255 Sala 02, B. Centro, CEP: 38.440-118 – Araguari/MG, que apresentou um valor global de, **R\$ 305.305,30 (trezentos e cinco mil trezentos e cinco reais e trinta centavos)**.

Publique-se na forma da Lei.

Após, ao Departamento de Licitações e Contratos para a formalização do Contrato.

Araguari - MG, 27 de julho de 2016.

Sr^a. Márcia Hiromi Sakai Vidal
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARAGUARI



TERMO DE RATIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Referência : Processo nº 0075/2016
Modalidade: Concorrência Pública nº 005/2016



Objeto: Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 005/2016** – Processo nº **0075/2016**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma de execução indireta sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DA PROINFÂNCIA GUTIERREZ - CRECHE PROINFÂNCIA MODELO TIPO 2 A SER EDIFICADA NA RUA VIOLETA, LOTES “G” E “H”, BAIRRO SANTA HELENA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS ANEXOS.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI** juntamente com a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, na forma das prerrogativas dos regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO, as exigências contidas no § 4º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda na forma do item 17 do Ato Convocatório, que determina a remessa de recursos administrativos às autoridades superiores por meio da autoridade que praticou o ato administrativo;

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitação em juízo de retratação **NÃO DEU PROVIMENTO AO RECURSO** apresentado pela licitante **CONSTRUTORA DEBS PROCÓPIO LTDA**, por ausência de elementos técnicos para reforma da decisão primeira.

RESOLVEM e DECIDEM:

Ratificarem as informações apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação quando da manutenção da decisão recorrida, quando da remessa destes autos a estas autoridades e ainda para **NEGAREM PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela licitante **CONSTRUTORA DEBS PROCÓPIO LTDA**, nos exatos termos das informações prestadas.

Assim fica ratificada integralmente a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 011/2016, cuja decisão foi externa em 04 (quatro) laudas devidamente rubricadas e assinadas pelos membros, ratificação ancorada no parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda na forma do item 17 do Ato Convocatório.

Ratifica-se a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, eis que ausentes motivos para que em relação à mesma, processe alguma reforma.

Assim determinamos o prosseguimento dos trabalhos afetos a este processo licitatório.

Devolvam os autos do processo licitatório identificado pelo nº 0075/2016, Concorrência Pública nº 005/2016, o qual deverá ser encaminhado à Comissão Permanente de Licitação para realização da segunda fase do certame, fase de proposta comercial.

Determinamos por meios idôneos as notificações das licitantes, acerca desta decisão administrativa para fins de direito e ainda em atenção ao princípio da publicidade dos atos administrativos.

PUBLIQUE e OFICIE na forma da lei.

Araguari-MG, 28 de julho de 2016.

Raul José de Belém
Prefeito Municipal

Márcia Hiromi Sakai Vidal
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARAGUARI



TERMO DE RATIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Referência : Processo nº 0076/2016
Modalidade: Tomada de Preços nº 003/2016

Objeto: Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 003/2016** – Processo nº **076/2016**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma de execução indireta sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL JOÃO RIBEIRO DE ARAÚJO - DISTRITO DE PIRACAÍBA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJÉTOS ANEXOS.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI** juntamente com a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, na forma das prerrogativas dos regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO, as exigências contidas no § 4º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda na forma do item 17 do Ato Convocatório, que determina a remessa de recursos administrativos às autoridades superiores por meio da autoridade que praticou o ato administrativo;

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitação em juízo de retratação **DEU PROVIMENTO AO RECURSO** apresentado pela licitante **GBE CONSTRUTORA LTDA EPP**, acolhendo as razões recursais e ainda tendo **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela licitante **GRS SERVIÇOS LTDA ME**, por ausência de elementos jurídicos para reforma da decisão primeira.

RESOLVEM e DECIDEM:

Ratificarem as informações apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação quando deram **PROVIMENTO AO RECURSO** apresentado pela licitante **GBE CONSTRUTORA LTDA EPP**, reformando a decisão recorrida pelos fatos e fundamentos já apresentados, bem como para **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO** apresentado pela licitante **GRS SERVIÇOS LTDA ME**, para manter a decisão recorrida intocável em relação à citada licitante, nos exatos termos das informações prestadas pela Comissão.

Assim fica ratificada integralmente a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 011/2016, cuja decisão foi externa em 06 (seis) laudas devidamente rubricadas e assinadas pelos membros, ratificação ancorada no parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda na forma do item 17 do Ato Convocatório.

Ratifica-se a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, eis que ausentes motivos para que em relação à mesma, processe alguma reforma.

Assim determinamos o prosseguimento dos tra-

 **Correio Oficial**
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI

Órgão de Imprensa Oficial da Administração Pública Direta e Indireta, editado pela Secretaria Municipal de Gabinete e publicado de acordo com a Lei nº 3.208, de 11 de junho de 1997.

Raul José de Belém
Prefeito Municipal

Thiago Araujo Neto e Castro
Secretário Municipal de Gabinete

Redação:
Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Araguari
Fones: (34) 3690-3242 e 3690-3054
Tiragem: 1.000 exemplares

Diagramação e impressão:
Editora e Artes Gráficas Correio de Araguari Ltda.
CNPJ 10.496.331/0001-18 - Insc. Est. Isenta -
Rua Professor Jarbas Ferreira da Silva, 352 Jd Interlagos II -
Fone (34) 9 9951-3012 - CEP 38445-291 Araguari, MG -
Vencedora do Processo de Pregão nº 138/2011 - Contrato de Prestação de Serviços: 404/2011.



balhos afetos a este processo licitatório.

Devolvam os autos do processo licitatório identificado pelo nº 0076/2016, Tomada de Preços nº 003/2016, o qual deverá ser encaminhado à Comissão Permanente de Licitação para realização da segunda fase do certame, fase de proposta comercial.

Determinamos por meios idôneos as notificações das licitantes, acerca desta decisão administrativa para fins de direito e ainda em atenção ao princípio da publicidade dos atos administrativos.

PUBLIQUE e OFICIE na forma da lei.

Araguari-MG, 28 de julho de 2016.

Raul José de Belém
Prefeito Municipal

Márcia Hiromi Sakai Vidal
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURAMUNICIPAL
DE ARAGUARI



TERMO DE RATIFICAÇÃO DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Referência : Processo nº 0087/2016
Modalidade: Tomada de Preços nº 004/2016

Objeto: Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2016** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, na forma de execução indireta sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA GERAL NO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL NEUSA RODRIGUES TEIXEIRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ANEXOS.**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI** juntamente com a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, na forma das prerrogativas dos regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO, as exigências contidas no § 4º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda na forma do item 17 do Ato Convocatório, que determina a remessa de recursos administrativos às

autoridades superiores por meio da autoridade que praticou o ato administrativo;

CONSIDERANDO, que a Comissão Permanente de Licitação em juízo de retratação **NEGOU PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela licitante **GRS SERVIÇOS LTDA ME**, por ausência de elementos jurídicos para reforma da decisão primeira.

RESOLVEM e DECIDEM:

Ratificarem as informações apresentadas pela Comissão Permanente de Licitação para **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO** apresentado pela licitante **GRS SERVIÇOS LTDA ME**, mantendo a decisão recorrida intocável, nos exatos termos das informações prestadas pela Comissão.

Assim fica ratificada integralmente a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto Municipal nº 011/2016, cuja decisão foi externa em 05 (cinco) laudas devidamente rubricadas e assinadas pelos membros, ratificação ancorada no parágrafo 4º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda na forma do item 17 do Ato Convocatório.

Ratifica-se a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, eis que ausentes motivos para que em relação à mesma, processe alguma reforma.

Assim determinamos o prosseguimento dos trabalhos afetos a este processo licitatório.

Devolvam os autos do processo licitatório identificado pelo nº 0087/2016, Tomada de Preços nº 004/2016, o qual deverá ser encaminhado à Comissão Permanente de Licitação para realização da segunda fase do certame, fase de proposta comercial.

Determinamos por meios idôneos as notificações das licitantes, acerca desta decisão administrativa para fins de direito e ainda em atenção ao princípio da publicidade dos atos administrativos.

PUBLIQUE e OFICIE na forma da lei.

Araguari-MG, 28 de julho de 2016.

Raul José de Belém
Prefeito Municipal

Márcia Hiromi Sakai Vidal
Secretária Municipal de Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 5.434/2014
Rua Claudio Manuel, nº 1087 Bairro Santa Terezinha
Araguari – MG CEP: 38.443-018
Telefone: (34) 3690-3154
conselhosaraguari@yahoo.com.br

RESOLUÇÃO nº 10, de 30 de junho de 2016.

Reprovação do Demonstrativo de Programas e Serviços – Ano 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião extraordinária de nº 225, realizada no dia 30 de junho de 2016, na sede da Casa dos Conselhos, situado à Rua Claudio Manoel, nº 1087 – Araguari, no uso da competência que lhe confere o Artigo 17, parágrafo 4º da Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

Considerando que foi encaminhado a este Conselho, o Ofício de nº 0571/2016, nº 0616, nº 0617 e nº 0664 – SMTAS enviando o Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal Sistema Único da Assistência Social e ainda a documentação das prestações de conta nº 564575, nº 512133, nº 316296, nº 429104, nº 56464, nº 564605, nº 294721, nº 412430, nº 564556, nº 294748, nº 588997, nº 579882, nº 564613, nº 564672 para análise e deliberação;

Considerando que houve a análise do referido Demonstrativo e da documentação de prestação de contas mencionadas acima pelas Comissões de Financiamento, Política de Assistência Social, Benefício Social e Transferência de Renda, conforme Parecer Conjunto de nº 02 e 03 e 06, que segue em anexo;

Considerando que não foram apresentadas a documentação da prestação de contas de nº 431540, nº 577537, nº 294705, nº 29473-x, nº 22661, nº 56463-x e nº 42191-x, nº 56464, as quais compõem os recursos financeiros do Demonstrativo de Programas e Serviços.

RESOLVE:

Reprovar por unanimidade o Demonstrativo Serviços/Programas do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social – ano 2015, anexo a esta Resolução, e solicita à Secretaria do Trabalho e Ação Social para este Conselho assessoria contábil para reavaliar os documentos apresentados a este Conselho com referência a prestação de contas do co-financiamento Federal – ano 2015.

Araguari, 30 de junho de 2016.

ADRIANO MARRA ROSA
Presidente do CMAS



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

DEMONSTRATIVO SERVIÇOS / PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL
SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ANO 2015
VERSÃO 1.0 Original

I. DADOS CADASTRAIS

1. ORGÃO ENTE FEDERATIVO

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)
Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI
CGC/CNPJ: 16.829.640/0001-49
Cidade: ARAGUARI
UF: MG
Endereço: PRAÇA GAIOSO NEVES 129
C.E.P.: 38440001
Telefone: (34) 3690-3025
Fax: (34) 3690-3025
E-mail: prefeitura@araguari.mg.gov.br
Prefeito: RAUL JOSE DE BELÉM
Nível de Gestão: Gestão Plena
Porte: GRANDE

2. ÓRGÃO GESTOR

(secretaria ou órgãos congêneres)
Nome: SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL
CGC/CNPJ: 16.829.640/0001-49
Cidade: ARAGUARI
UF: MG
Endereço: AVENIDA JOAQUIM ANIBAL 413
C.E.P.: 38440000
Telefone: (34) 3690-3063
Fax: (34) 3690-3063
E-mail: asocial@araguari.mg.gov.br
Nome do Gestor: MIRNA MARES MACHADO VALENTE

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CGC/CNPJ: 18.521.474/0001-44
E-Mail: asocial@araguari.mg.gov.br
Vínculo: Outras Secretarias Municipal/Estadual
Telefone: (34) 3690-3063
Fax: (34) 3690-3189
Ato de Criação

PREFEITURA DE ARAGUARI
Mais informações: www.araguari.mg.gov.br

GUARDE PNEUS E GARRAFAS EM LOCAL COBERTO.

HOJE É DIA DE COMBATER A DENGUE!



c) Cadastro e atendimento da População em Situação de Rua	Identificar e cadastrar no CadÚnico 70% das pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado ofertado no Centro Pop. Implantar 100% dos Serviços para população de rua (Serviço Especializado para Pop Rua, Serviço de Abordagem Social e Serviço de Acolhimento para pessoa em situação de rua) nos municípios com mais de 100 mil habitantes e municípios de regiões metropolitanas com 50 mil ou mais, conforme pactuação na CIT e deliberação do CNAS.
d) Acompanhamento pelo PAEFI de famílias com crianças e adolescentes em serviço de acolhimento	Acompanhar 60% das famílias com criança ou adolescente nos serviços de acolhimento.
e) Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	Reordenar 100% dos serviços de acolhimento para crianças e adolescente em conformidade com as pactuações da CIT e resoluções do CNAS.
f) Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas	Realizar em 100% dos CREAS o acompanhamento de famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.
g) Implantar Unidades de Acolhimento (residência inclusiva) para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares	Implantar 100% das unidades de acolhimento (residência inclusiva), conforme pactuado na CIT e deliberado pelo CNAS, para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares.
GESTÃO	
PRIORIDADE	META
a) Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS	Atingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público.
b) Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais	100% dos municípios de pequeno I e II e médio porte com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, as áreas constituídas como subdivisões administrativas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial. 100% dos municípios de grande porte e metrópole com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, áreas constituídas como subdivisões administrativas a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, com subdivisão de Média e Alta Complexidade, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda, área de Gestão do SUAS com competência de: Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Vigilância Socioassistencial.
c) Adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS	100% dos municípios com Lei que regulamenta a Assistência Social e o SUAS atualizada.
CONTROLE SOCIAL	
PRIORIDADE	META
a) Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social	Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social com representação da sociedade civil composta representantes de usuários e dos trabalhadores do SUAS.
b) Instituir o CMAS com instância de Controle Social do Programa Bolsa Família	Atingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social como instância de controle social do PBF.

3. O PACTO DE APRIMORAMENTO DO SUAS, A ELABORAÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERFACE COM O PLANO PLURIANUAL (PPA)

O Plano de Assistência Social, mais do que um documento burocrático elaborado para o cumprimento de exigências legais, deve ser compreendido com uma importante ferramenta de gestão para alcance dos objetivos propostos e para a administração das organizações envolvidas, bem como um instrumento político fundamental para a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a garantia do orçamento público para seu financiamento.

A Norma traz um capítulo dedicado especialmente aos Planos de Assistência Social, que são reconhecidos com um instrumento estratégico que organiza e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. A responsabilidade pela elaboração dos planos é do órgão gestor da política, que deve submetê-los à aprovação do conselho de assistência social. Os planos devem ser elaborados a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual (PPA).





1. Proteção Social Básica

1.1 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015

1.1 Saldo na conta corrente 564575 em 31/12/2014 R\$ 3.053,28

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 564575 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

Tipo de Conta Corrente
BPC
Agência
00906
conta Corrente
431540
Saldo da Conta Corrente
1859,27

Tipo de Conta Corrente
BPC
Agência
00906
conta Corrente
577537
Saldo da Conta Corrente
120

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015) R\$ 1.640,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 349,69

1.5 Receitas totais para o exercício de 2015 R\$ 5.042,97

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015

2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 0,00

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 R\$ 0,00

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 564575 em 31/12/2015 R\$ 5.042,97

3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 564575 (a partir de 2005) em 31/12/2015 R\$ 0,00

Tipo de Conta Corrente
BPC
Agência
00906





Conta Corrente
431540
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
2.022,57

Tipo de Conta Corrente
BPC
Agência
00906
Conta Corrente
577537
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
124,22

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 0,00

1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL III - EQUIPE VOLANTE**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015**

1.1 Saldo na conta corrente 512133 em 31/12/2014 R\$ 41.205,57

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 512133 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015) R\$ 0,00

1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 3.618,89

1.5 Receitas totais para o exercício de 2015 R\$ 44.824,46

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015

2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 0,00

2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00

2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00

2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 R\$ 0,00

2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais R\$ 0,00

2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 512133 em 31/12/2015 R\$ 44.824,47

3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 512133 (a partir de 2005) em 31/12/2015 R\$ 0,00

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 0,00

1.3 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015**

1.1 Saldo na conta corrente 564672 em 31/12/2014 R\$ 8.289,37

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 564672 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

PREFEITURA DE ARAGUARI
Mais informações: www.araguari.mg.gov.br

**COLOQUE AREIA OU
FAÇA LIMPEZA NOS
VASOS DE PLANTAS.**

**HOJE É DIA
DE COMBATER
A DENGUE!**



Tipo de Conta Corrente
PVMC
Agência
00906
conta Corrente
429104
Saldo da Conta Corrente
739.16

Tipo de Conta Corrente
PVMC
Agência
00906
conta Corrente
564664
Saldo da Conta Corrente
360.34

Tipo de Conta Corrente
JPETI
Agência
00906
conta Corrente
294705
Saldo da Conta Corrente
18.9

Tipo de Conta Corrente
PBTR
Agência
00906
conta Corrente
29473X
Saldo da Conta Corrente
10.05

- 1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015) R\$ 210.246,00
- 1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 2.031,58
- 1.5 Receitas totais para o exercício de 2015 R\$ 220.566,95

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015

- 2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais R\$ 204.253,01 (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)
 - 2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 30.154,50
 - 2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00
 - 2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00
 - 2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 R\$ 174.098,51
- 2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais R\$ 0,00
- 2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015 R\$ 0,00



**3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015**

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 564672 em 31/12/2015 R\$ 16.243,04

3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 564672 (a partir de 2005) em 31/12/2015 R\$ 0,00

Tipo de Conta Corrente
PBTR
Agência
00906
Conta Corrente
29473X
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
20,56

Tipo de Conta Corrente
PVMC
Agência
00906
Conta Corrente
429104
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
10,93

Tipo de Conta Corrente
PVMC
Agência
00906
Conta Corrente
564664
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
804,08

Tipo de Conta Corrente
JPETI
Agência
00906
Conta Corrente
294705
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
391,99

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 0,00

1.4 PISO BÁSICO FIXO**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015**

1.1 Saldo na conta corrente 564613 em 31/12/2014 R\$ 294.804,68

1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 564613 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

Tipo de Conta Corrente
PBFI
Agência
00906
conta Corrente
316296
Saldo da Conta Corrente
10688,94

1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015) R\$ 216.000,00





1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	RS 17.245,47								
1.5 Receitas totais para o exercício de 2015	RS 528.050,15								
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015									
2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	RS 518.683,21								
2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	RS 93.392,53								
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	RS 0,00								
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	RS 0,00								
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.	RS 425.290,68								
2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais	RS 0,00								
2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015	RS 0,00								
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015									
3.1 Saldo financeiro na conta corrente 564613 em 31/12/2015	RS 9.366,94								
3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 564613 (a partir de 2005) em 31/12/2015	RS 0,00								
<table border="1"> <tr><td>Tipo de Conta Corrente</td></tr> <tr><td>PBFI</td></tr> <tr><td>Agência</td></tr> <tr><td>00906</td></tr> <tr><td>Conta Corrente</td></tr> <tr><td>316296</td></tr> <tr><td>Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015</td></tr> <tr><td>973,50</td></tr> </table>		Tipo de Conta Corrente	PBFI	Agência	00906	Conta Corrente	316296	Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015	973,50
Tipo de Conta Corrente									
PBFI									
Agência									
00906									
Conta Corrente									
316296									
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015									
973,50									
4- REPROGRAMAÇÃO									
4.1 Saldo passível de reprogramação	RS 0,00								

2. Proteção Social Especial

2.1 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015

1.1 Saldo na conta corrente 564605 em 31/12/2014	RS 330,70
1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 564605 (a partir de 2005) em 31/12/2014	RS 0,00

Tipo de Conta Corrente
PSE AC IDOSO
Agência
00906
conta Corrente
226661
Saldo da Conta Corrente
188,8

Tipo de Conta Corrente
PACI
Agência
00906





conta Corrente
294721
Saldo da Conta Corrente
11,44

- 1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015) R\$ 129.000,00
- 1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 1.239,27
- 1.5 Receitas totais para o exercício de 2015 R\$ 130.569,97

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015

- 2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 90.950,60
- 2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00
- 2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00
- 2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00
- 2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 R\$ 90.950,60
- 2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais R\$ 0,00
- 2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015

- 3.1 Saldo financeiro na conta corrente 564605 em 31/12/2015 R\$ 39.619,37
- 3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 564605 (a partir de 2005) em 31/12/2015 R\$ 0,00

Tipo de Conta Corrente
PSE AC IDOSO
Agência
00906
Conta Corrente
226661
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
205,38

Tipo de Conta Corrente
PACI
Agência
00906
Conta Corrente
294721
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
12,45

4- REPROGRAMAÇÃO

- 4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 0,00

2.2 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015

- 1.1 Saldo na conta corrente 564656 em 31/12/2014 R\$ 6,49
- 1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 564656 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00

PREFEITURA DE ARAGUARI
Mais informações: www.araguari.mg.gov.br

**COLOQUE AREIA OU
FAÇA LIMPEZA NOS
VASOS DE PLANTAS.**

**HOJE É DIA
DE COMBATER
A DENGUE!**



Tipo de Conta Corrente
PTMC
Agência
00906
conta Corrente
294748
Saldo da Conta Corrente
9,72

- 1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015) R\$ 84.442,60
- 1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 854,68
- 1.5 Receitas totais para o exercício de 2015 R\$ 85.303,77

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015

- 2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar) R\$ 69.732,88
 - 2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA R\$ 0,00
 - 2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais R\$ 0,00
 - 2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais R\$ 0,00
 - 2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3. R\$ 69.732,88
- 2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais R\$ 0,00
- 2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015 R\$ 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015

- 3.1 Saldo financeiro na conta corrente 564656 em 31/12/2015 R\$ 15.570,90
- 3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 564656 (a partir de 2005) em 31/12/2015 R\$ 0,00

Tipo de Conta Corrente
PTMC
Agência
00906
Conta Corrente
294748
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015
10,58

4- REPROGRAMAÇÃO

- 4.1 Saldo passível de reprogramação R\$ 0,00

2.3 APRIMORA REDE

1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015

- 1.1 Saldo na conta corrente 588997 em 31/12/2014 R\$ 570,00
- 1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 588997 (a partir de 2005) em 31/12/2014 R\$ 0,00
- 1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015) R\$ 0,00
- 1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas R\$ 20,05

PREFEITURA DE ARAGUARI
Mais informações: www.araguari.mg.gov.br

GUARDE PNEUS E GARRAFAS EM LOCAL COBERTO.

HOJE É DIA DE COMBATER A DENGUE!



1.5 Receitas totais para o exercício de 2015	RS 590,05
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015	
2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	RS 0,00
2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	RS 0,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	RS 0,00
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	RS 0,00
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.	RS 0,00
2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais	RS 0,00
2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015	RS 0,00
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015	
3.1 Saldo financeiro na conta corrente 588997 em 31/12/2015	RS 590,05
3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 588997 (a partir de 2005) em 31/12/2015	RS 0,00
4- REPROGRAMAÇÃO	
4.1 Saldo passível de reprogramação	RS 0,00

2.4 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO**1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015**

1.1 Saldo na conta corrente 579882 em 31/12/2014	RS 50.940,70
1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 579882 (a partir de 2005) em 31/12/2014	RS 0,00
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015)	RS 0,00
1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	RS 4.447,00
1.5 Receitas totais para o exercício de 2015	RS 55.387,70

2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015

2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	RS 5.910,00
2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	RS 4.900,00
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	RS 0,00
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	RS 0,00
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.	RS 1.010,00
2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais	RS 0,00
2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015	RS 0,00

3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015

3.1 Saldo financeiro na conta corrente 579882 em 31/12/2015	RS 49.477,69
---	--------------





3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 579882 (a partir de 2005) em 31/12/2015	R\$ 0,00								
4- REPROGRAMAÇÃO									
4.1 Saldo passível de reprogramação	R\$ 0,00								
2.5 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI									
1- RECEITAS DISPONÍVEIS PARA EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO 2015									
1.1 Saldo na conta corrente 56463X em 31/12/2014	R\$ 152.449,19								
1.2 Saldos nas contas correntes anteriores à conta 56463X (a partir de 2005) em 31/12/2014	R\$ 0,00								
<table border="1"> <tr><td>Tipo de Conta Corrente</td></tr> <tr><td>PFMC</td></tr> <tr><td>Agência</td></tr> <tr><td>00906</td></tr> <tr><td>conta Corrente</td></tr> <tr><td>412430</td></tr> <tr><td>Saldo da Conta Corrente</td></tr> <tr><td>69372.5</td></tr> </table>		Tipo de Conta Corrente	PFMC	Agência	00906	conta Corrente	412430	Saldo da Conta Corrente	69372.5
Tipo de Conta Corrente									
PFMC									
Agência									
00906									
conta Corrente									
412430									
Saldo da Conta Corrente									
69372.5									
<table border="1"> <tr><td>Tipo de Conta Corrente</td></tr> <tr><td>PFMC</td></tr> <tr><td>Agência</td></tr> <tr><td>00906</td></tr> <tr><td>conta Corrente</td></tr> <tr><td>42191X</td></tr> <tr><td>Saldo da Conta Corrente</td></tr> <tr><td>117291.59</td></tr> </table>		Tipo de Conta Corrente	PFMC	Agência	00906	conta Corrente	42191X	Saldo da Conta Corrente	117291.59
Tipo de Conta Corrente									
PFMC									
Agência									
00906									
conta Corrente									
42191X									
Saldo da Conta Corrente									
117291.59									
1.3 Recursos repassados pelo regime de caixa estadual (consideram-se os valores creditados na conta corrente do estado no período de 01/01/2015 a 31/12/2015)	R\$ 69.600,00								
1.4 Rendimentos auferidos no exercício de 2015 em decorrência da aplicação financeira das contas anteriormente listadas	R\$ 4.912,01								
1.5 Receitas totais para o exercício de 2015	R\$ 226.961,20								
2- EXECUÇÃO DOS RECURSOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2015									
2.1 Valores pagos no exercício de 2015 com recursos federais (incluindo os valores pagos com saldo reprogramado e/ou inscritos anteriormente em restos a pagar)	R\$ 200.777,73								
2.1.1 Com pessoal concursado, valores com recursos federais (art. 6-E da LOAS e resolução CNAS nº 32/2011) - EQUIPE DE REFERÊNCIA	R\$ 16.747,61								
2.1.2 Com pessoal contratado (pessoa física), para ofertar os serviços/programas, pagos com recursos federais	R\$ 0,00								
2.1.3 Com conservação e adaptação de imóveis (imóveis públicos com destinação exclusiva ao serviço/programas), pagos com recursos federais	R\$ 0,00								
2.1.4 Com manutenção dos serviços/programas e outras despesas vinculadas aos serviços/programas, com recursos federais, ou seja, o total gasto menos os recursos elencados nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.	R\$ 184.030,12								
2.2 Valores inscritos em restos a pagar no exercício de 2015, referentes ao recursos federais	R\$ 0,00								
2.3 Valores devolvidos das contas correntes vinculadas aos serviços/programas ao FNAS, no exercício de 2015	R\$ 0,00								
3- SALDO FINANCEIRO AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015									
3.1 Saldo financeiro na conta corrente 56463X em 31/12/2015	R\$ 26.183,46								
3.2 Saldo financeiro nas contas correntes anteriores à 56463X (a partir de 2005) em 31/12/2015	R\$ 0,00								
<table border="1"> <tr><td>Tipo de Conta Corrente</td></tr> <tr><td>PFMC</td></tr> </table>		Tipo de Conta Corrente	PFMC						
Tipo de Conta Corrente									
PFMC									





Agência	00906
Conta Corrente	412430
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015	130,83
Tipo de Conta Corrente	PFMC
Agência	00906
Conta Corrente	42191X
Saldo na Conta Corrente em 31/12/2015	30.956,53

4- REPROGRAMAÇÃO

4.1 Saldo passível de reprogramação

R\$ 0,00

III. Execução Física

Serviço	Público Atendido	Ref. Pactuação	Expansão/Revisão de	Qtd. Executada
Proteção Social Especial				
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias				
Piso Fixo de Média Complexidade (para os serviços ofertados nos: CREAS, Centro Pop e Centro Dia)	Família e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos	0		235
Proteção Social Especial				
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI				
Ações Estratégicas do PETI	Criança / Adolescente identificada em situação de trabalho	0		103
Proteção Social Básica				
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV				
BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	35		35
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Jovens	0		0
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Idosos	0		0
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Criança/Adolescente	0		25
Proteção Social Especial				
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias				
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias)	Pessoas com deficiência	0		18

PREFEITURA DE ARAGUARI
Mais informações: www.araguari.mg.gov.br

**COLOQUE AREIA OU
FAÇA LIMPEZA NOS
VASOS DE PLANTAS.**

**HOJE É DIA
DE COMBATER
A DENGUE!**



Serviço	Público Atendido	Ref. Pactuação	Expansão/Revisão de	Qtd. Executada
Proteção Social Especial				
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, Serviço Especializado de Abordagem Social, Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias				
Piso de Transição de Média Complexidade (apenas para serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias)	Idosos	0		175
Proteção Social Básica				
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)				
Piso Básico Fixo	Família Referenciada	15000		5387
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Pessoas com Deficiência	0		35
Proteção Social Especial				
Serviços de Acolhimento				
Piso de Alta Complexidade I	Mulher em situação de violência	0		0
Proteção Social Básica				
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	300		580
Proteção Social Básica				
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos				
Piso Básico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, em situações prioritárias	150		257

IV. Resumo Executivo

Resumo das Informações

1- DAS RECEITAS FEDERAIS	
1.1 Receitas totais de Serviços	R\$ 226.961,20
1.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 226.961,20
1.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 226.961,20
1.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL III - EQUIPE VOLANTE	R\$ 226.961,20
1.1.1.3 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 226.961,20
1.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 226.961,20
1.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 226.961,20
1.1.2.2 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 226.961,20
1.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 226.961,20
1.2 Receitas totais de Programas	R\$ 226.961,20
1.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 226.961,20
1.2.1.1 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO	R\$ 226.961,20
1.2.2 Proteção Social Especial	R\$ 226.961,20
1.2.2.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R\$ 226.961,20
1.2.2.2 APRIMORA REDE	R\$ 226.961,20





2- DAS DESPESAS COM RECURSOS FEDERAIS	
2.1 Despesas totais de Serviços	R\$ 200.777,73
2.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 200.777,73
2.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 200.777,73
2.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL III - EQUIPE VOLANTE	R\$ 200.777,73
2.1.1.3 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 200.777,73
2.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 200.777,73
2.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 200.777,73
2.1.2.2 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 200.777,73
2.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 200.777,73
2.2 Despesas totais de Programas	R\$ 200.777,73
2.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 200.777,73
2.2.1.1 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO	R\$ 200.777,73
2.2.2 Proteção Social Especial	R\$ 200.777,73
2.2.2.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R\$ 200.777,73
2.2.2.2 APRIMORA REDE	R\$ 200.777,73
3- DA REPROGRAMAÇÃO	
3.1 Recursos disponíveis para reprogramação dos Serviços	R\$ 0,00
3.1.1 Proteção Social Básica	R\$ 0,00
3.1.1.1 PISO BÁSICO FIXO	R\$ 0,00
3.1.1.2 PISO BÁSICO VARIÁVEL III - EQUIPE VOLANTE	R\$ 0,00
3.1.1.3 PISO BÁSICO VARIÁVEL - SCFV	R\$ 0,00
3.1.2 Proteção Social Especial	R\$ 0,00
3.1.2.1 PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PAEFI	R\$ 0,00
3.1.2.2 PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE	R\$ 0,00
3.1.2.3 PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I	R\$ 0,00
3.2 Recursos disponíveis para reprogramação dos Programas	R\$ 0,00
3.2.1 Proteção Social Básica	R\$ 0,00
3.2.1.1 BPC NA ESCOLA - QUESTIONÁRIO A SER APLICADO	R\$ 0,00
3.2.2 Proteção Social Especial	R\$ 0,00
3.2.2.1 AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	R\$ 0,00
3.2.2.2 APRIMORA REDE	R\$ 0,00
4- DO COFINANCIAMENTO (Informações para o Gestor Federal)	
4.1 Recursos próprios executados nos serviços/programas	R\$ 5.142.003,92
4.2 Recursos transferidos pelo FEAS	R\$ 122.245,20

V. COMENTÁRIO DO GESTOR

MESMO COM RECURSOS EM CONTA OS SERVIÇOS DE ASSISTENCIA SOCIAL EM 2015 FORAM OFERTADOS A POPULAÇÃO SEM INTERRUÇÃO, CONFORME NORMATIVAS DO MDS E EM CONSONANCIA COM O PLANO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL. O SALDO EM CONTA NÃO FOI UTILIZADOS POR QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS, OU POR DIFICULDADE NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIOS. ESTE MESMO SALDO FOI REPROGRAMADO PARA SER UTILIZADO NAS AÇÕES QUE SERÃO REALIZADAS EM 2016 DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO PLANO DE ASSISTENCIA SOCIAL.

DECLARAÇÃO

AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

R:10.222.11.58 X1:201.78.37.73 65814568615
201604291617 3139444





Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
FNAS / SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
PARECER DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DEMONSTRATIVO
SERVIÇOS/PROGRAMAS
DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA -
SERVIÇOS/PROGRAMAS
SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
2015

1. IDENTIFICAÇÃO

UF: MG INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXERCÍCIO: 2015

2. PARECER

2.1 QUESTÕES

1. O Conselho acompanhou a elaboração e execução do orçamento da Assistência Social?

Resposta: Quando solicitado

Comentário: O conselho não informado/solicitado da elaboração deste orçamento da

2. Os recursos federais destinados a execução dos serviços/programas foram utilizados na finalidade estabelecida pela União?

Resposta: Não, parte dos recursos (especifique)

Comentário: Verificamos que alguns serviços executados não foram realizados com

3. A execução dos recursos cofinanciados pela União foi realizada conforme as normas que regulamentam os serviços/programas?

Resposta: Não (Especifique)

Comentário: Alguns serviços não tiveram os recursos aplicados na finalidade inerente,

4. Os relatórios de execução orçamentária e financeira, e de atividades foram apresentados ao Conselho de forma que facilite a compreensão e na periodicidade estabelecida na Lei que institui o Fundo?

Resposta: Não, foram apresentados os relatórios.

Comentário: Foi apresentado a este conselho documentos que comprovam os gastos e

5. O ente cofinanciou os serviços/programas?

Resposta: Sim, por meio do Fundo de Assistência Social

Comentário: No plano de ação para co-financiamento do governo federal ano 2015 foi





6. Os serviços/programas cofinanciados pela União foram prestados à população de forma regular, sem descontinuidade, durante todo o exercício?

Resposta: Parte foi prestado com descontinuidade (Quais?)

Comentário: Sendo estas, nos pisos de alta complexidade 1, piso de transição de média

7. A execução dos serviços e programas socioassistenciais foi realizada de acordo com as prioridades planejadas pelo gestor?

Resposta: Sim, as prioridades foram observadas.

Comentário: Apesar das dificuldades com repasse de recursos materiais e financeiros, as

8. As equipes de referência dos serviços e programas socioassistenciais estão em consonância com o disposto na NOBSUAS-RH e demais normas?

Resposta: Não.

Comentário: Este conselho não tem informação se existe planejamento para regularização

9. O Conselho de Assistência social possui livre acesso às comprobatórias dos gastos?

Resposta: Não (Especifique).

Comentário: Este conselho tem acesso mensal aos repasses do governo Estadual; anual dos

10. O Conselho teve algum tipo de dificuldade em analisar as informações prestadas pelo gestor que impactaram na avaliação do Demonstrativo Sintético?

Resposta: Sim (Especificar).

Comentário: Com relação ao comentário do gestor quanto a reprogramação de saldos,

11. O Conselho considera as despesas efetuadas no exercício como comprovadas?

Resposta: Não (Especifique).

Comentário: Nos documentos de prestação de contas foram apresentadas empenhos,

2.2 Tipo de Deliberação Desfavorável

2.3 Ressalvas

Verificamos que as justificativas apresentadas a este conselho pela Secretária do Trabalho e Ação Social continuaram com inconsistências. Conforme orientação do Manual de preenchimento deste demonstrativo, as questões de nº 2,4,7,8 e 11 são impeditivas quanto a possibilidade de parecer pela aprovação das contas, quando sua resposta for negativa.

2.4 Participaram da reunião deliberativa os seguintes conselheiros

CPF	NOME	CARGO
046.769.186-07	ADRIANO MARRA ROSA	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE
935.252.734-87	Joselita Vieira dos Santos	CONSELHEIRO(A) TITULAR
107.945.958-80	Cássia Regina Nasciutti	CONSELHEIRO(A) TITULAR
030.372.466-85	Luciana Silva Borges de	CONSELHEIRO(A) TITULAR
078.062.506-46	Âttila Rodrigues Sousa	CONSELHEIRO(A) TITULAR
032.342.096-69	SONILDA R, DA SILVA	CONSELHEIRO(A) TITULAR
003.036.136-29	FLAVIA NASCIUTTI	CONSELHEIRO(A) TITULAR
713.494.136-15	Marília Gonzaga	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
478.623.356-00	MARLICE MALDONADO	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE
040.612.666-67	CHRISTIANE ALVES OLIVA	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE

3. REGISTRO DOCUMENTAL DO PARECER DO CONSELHO

3.1 Data da Reunião: 30/06/2016

3.2 Número da Ata: 225

3.3 Número da Resolução: 10

Anexo(s)

DECLARAÇÃO AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA

Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.

R:10.222.11.58 X1:177.179.66.135
04676918607 201607121440 3180402

PREFEITURA DE ARAGUARI
Mais informações: www.araguari.mg.gov.br

GUARDE PNEUS E GARRAFAS EM LOCAL COBERTO.

HOJE É DIA DE COMBATER A DENGUE!



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 5.434/2014
Rua Claudio Manuel, nº 1087 Bairro Santa Terezinha
Araguari – MG CEP: 38.443-018
Telefone: (34) 3690-3154
conselhosaraguari@yahoo.com.br

RESOLUÇÃO nº 13, de 12 de julho de 2016.

Aprova o Plano Municipal de Assistência Social – ano 2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião ordinária de nº 226, realizada no dia 12 de julho de 2016, no CRAS I, situado a Rua Paranaguá, nº 101 Bairro Maria Eugênia – Araguari, no uso da competência que lhe confere o Artigo 17, parágrafo 4º da Lei 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social.

CONSIDERANDO que foi encaminhado a este Conselho, o Ofício de nº 0206/2016, que encaminha o Plano Municipal de Assistência Social para análise e deliberação;

CONSIDERANDO que foi realizada reunião com representantes de entidades de assistência social no dia 07/04/2016, e posteriormente foram realizadas alterações no referido Plano Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que foram realizadas reuniões da Comissão de Política de Assistência Social com emissão dos Pareceres de nº 03, nº 05 e nº 07;

CONSIDERANDO os Ofícios de resposta da SMTAS, Ofícios nº 0598/2016, 603/2016, 740/2016 e 902/2016.

RESOLVE:

Aprovar por unanimidade o Plano Municipal de Assistência Social – ano 2016, anexo a esta Resolução, com ressalva que não foi incluído neste, a planilha de reprogramação de saldos para 2016.

Araguari, 12 de julho de 2016.

ADRIANO MARRA ROSA
Presidente do CMAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI



Prefeitura Municipal de Araguari
Secretaria do Trabalho e Ação Social
Rua Joaquim Aníbal nº 413 – Araguari-MG
- CEP: 38.440-000
(34) 3690.3063 – 3690.3031 – Fax: (34) 3690.3102
asocial@araguari.mg.gov.br

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ARAGUARI-MG - 2016

*“Vá ao encontro do seu povo,
Ame-o,
Aprenda com ele,
Sirva-o,
Planeje com ele,
Comece com aquilo que ele sabe,
Construa sobre aquilo que ele tem.”*
KwameNkrumah

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	4
2. REALIDADE ARAGUARINA.....	7
3. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	9
4. PERFIL DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NOS CRAS.....	15
5. ATENDIMENTO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.....	16
6. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	20
7. ATENDIMENTO DO CREAS.....	21
8. ATENDIMENTO DE IDOSOS NO CREAS.....	23
9. ATENDIMENTO ALTA COMPLEXIDADE.....	26
10. ATENDIMENTO DO CENTRO DO IDOSO.....	27
11. AÇÕES ESTRATÉGICAS.....	29
12. PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES.....	46

Prefeitura Municipal de Araguari
Nome do Gestor Municipal:
Raul José de Belém

Nível de Gestão da Assistência Social:
Gestão Plena

Porte do Município: Grande Porte
Endereço: Praça Gaioso Neves nº 129 Bairro : Centro - CEP: 38440-001 - Telefone: (34) 3690-3000

Órgão Responsável pela gestão do Plano Municipal de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria de Trabalho Ação Social

Nome do Gestor Municipal: Mirna Mares Machado Valente

Endereço: Avenida Joaquim Aníbal nº 413 Bairro: Centro - CEP: 38440-001
Telefone: (34) 3690-3189
e-mail: asocial@araguari.mg.gov.br

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Criado pela Lei de nº de Lei 3.039 de 31 de Maio de 1995 e regulamentado pela Lei nº 5.434 de 26 de Setembro de 2014.

Presidente: Adriano Marra Rosa
Endereço: Luís Schinoor nº 197 - Bairro: Centro
CEP: 38440-002- Telefone: (34) 3690-3154
E-mail: conselhosaraguari@yahoo.com.br
Vice Presidente: Sandra Maria Marques

CONSELHEIROS CMAS 2013/2015, nomeados pelo Decreto nº 135, de 04 de Outubro de 2013.

Representantes do Governo Municipal
Titular: Adriano Marra Rosa – 36903138

Suplente: Raquel de Faria Oliveira D. Ribeiro – 3690-3138

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Thaissa Pereira Santos – 3690-3158
Suplente: Gisele B. Brasileiro – 988430944

Representantes da Secretaria Municipal da Educação

Titular: Flávia Nasciutti 92721415/88594186
Suplente: Marlice Maldonado 36903038/32464596

Representantes da Secretaria Municipal de Políticas sobre Drogas

Titular: Diogo Leal Dias -3690 3210
Suplente: Marília Gonzags M. Merola 3690 3210

Representantes da Procuradoria Geral do Município

Titular: Lúcia de Araújo 3690 3114
Suplente: Viviane Gonçalves Araújo 3690 3053

Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda

Titular: Nivaldo José de Ávila – 3690 3016
Suplente: Marília de Oliveira Borela – 3690 3016

Representantes da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social

Titular: Luciana Silva Borges de Andrade 3690 3128
Suplente: Christiane Alves Oliva 3690 3086

Representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Titular: Cássia Regina Nasciutti 3690 3298
Suplente: Neusa Calisto de Oliveira 3690 3115

Representante das Entidades e ou Programas e Serviços da Assistência Social

Titular: Maria Aparecida Peixoto Cruz 3242 7692
Suplente: Juliano Marques Ferreira 98804 5205
Titular: Àtila Rodrigues Sousa 3690 - 3154
Suplente: Kelly Cristina Ribeiro 98831 0746

Representantes dos Trabalhadores da Área de Assistência Social

Titular: Sonilda Rodrigues da Silva 3690 3086
Suplente: Angela de Fátima Alves Pereira 3690 3082

Representantes de Entidade de Atendimento a Criança e Adolescente

Titular: Maria Auxiliadora Condé 3241 3695
Suplente: Maria Ester Pereira Figueiredo 3242 8650

Representante do Serviço de acolhimento institucional em Abrigo , Casa Lar ou Casa de

**Passagem**

Titular: Sandra Maria Marques 3242 1170
Suplente: Claudia Maria Dias 3241 0167

Representantes de entidades de atendimento a pessoa deficiente

Titular: Lucimar Paulina de Aguiar 3249 8000
Suplente: Sirlene de Mendonça Oliveira 3249 8000

Representantes dos Usuários do SUAS

Titular: Olice Rocha da Silva 3242 7049
Suplente: Glauca Maria dos Santos 991836904

Titular: Joselita Vieira dos Santos 99135 4842
Suplente: Girleide da Silva 98832 1648

Aprovação do CMAS:

Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social:
Data da assembleia de deliberação:
Número da Resolução:
Nome do Presidente: Adriano Marra Rosa
Assinatura:

A realidade Aragarina

Conforme dados do **Censo IBGE 2010**, a população total do município era de 115.632 habitantes residentes, dos quais 1.421 encontrava-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 1,3% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 60 (4,2%) viviam no meio rural e 1.361 (95,8%) no meio urbano.

O quadro abaixo demonstra por faixa etária o nº de pessoas em extrema pobreza no município.

IDADE	QUANTIDADE
0 a 4	150
5 a 14	345
15 a 17	66
18 a 19	29
20 a 39	341
40 a 59	224
65 ou mais	125
Total	1280

O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Essas informações permitem ao governo conhecer as reais condições de vida da população e, a partir dessas informações, selecionar as famílias para diversos programas sociais.

No Município **ARAGUARI/MG**, o total de famílias inscritas no Cadastro Único em novembro de 2015 era de **14.295** dentre as quais:

- 2.855 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 2.520 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 4.797 com renda per capita familiar entre R\$

154,00 e meio salário mínimo;

-4.123 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no Cadastro Único. O PBF beneficiou, no mês de janeiro de 2016, **4.177 famílias**, representando uma cobertura de 112,1 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 132,27 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 552.475,00 no mês.

Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de setembro de 2015, atingiu o percentual de 85,4%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 3.910 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 4.578. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 74,6%, resultando em 657 jovens acompanhados de um total de 881.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2015, atingiu 73,7 %, percentual equivale a 2.848 famílias de um total de 3.863 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Além de ter benefícios específicos para famílias com crianças e jovens, em 2011 o Bolsa Família começou a pagar também benefícios para gestantes e nutrízes. Em novembro de 2015, 47 famílias recebiam o benefício variável à gestante (BVG) e 65 famílias recebiam o benefício variável nutriz (BVN) no município.

Para fazer frente a um desafio com o tamanho e a abrangência territorial do Brasil Sem Miséria, focado no público mais vulnerável do país, foi necessário que o Plano tivesse como referência uma rede com as mesmas características – a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O sucesso do Brasil Sem Miséria demanda o bom funcionamento do SUAS e uma atuação integrada entre a secretaria municipal de assistência social e as secretarias de trabalho, educação, saúde e outras que estejam envolvidas na estratégia de superação da extrema pobreza. O fortalecimento da agenda municipal da assistência social, em especial no que diz respeito à estruturação do SUAS, requer reforço no seu financiamento. É por isso que o MDS disponibiliza aos municípios recursos para a ampliação da rede e a qualificação de seus serviços.

Em setembro de 2015 o município tinha em seu território: - 3 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) cofinanciados pelo MDS, 1 Centro de Referência cofinanciado pelo Estado e um mantido pelo município - 1 Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) cofinanciado pelo MDS.

Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias: 573.773,00- 12/2015

Acompanhamento das condicionalidades:
Público em acompanhamento

Total de beneficiários com perfil educação (6 a 15 anos) :4.578 - 09/2015

Total de beneficiários com perfil educação (16 a 17 anos) : 881 -09/2015

Total de famílias com perfil saúde (com crianças até 7 anos e mulheres de 14 a 44 anos) 3.863 - 06/

BENEFÍCIOS

Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Beneficiários	Repasso Acumulado	Referência
Total de Beneficiários Idosos	1.205	R\$ 11.318.532,37	12/2015
Total de Beneficiários PCD	1.401	R\$ 13.193.001,79	12/2015
Total BPC	2.606	R\$ 24.511.534,16	12/2015
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	85	R\$ 864.435,56	12/2015
TOTAL(BPC + RMV)	2.691	R\$ 25.375.969,72	12/2015

Proteção Social Básica

A proteção social básica tem como objetivo prevenir situações de risco, desenvolvendo habilidades e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente de problemas sociais e vínculos afetivos comprometidos.

Oferece programas, projetos e serviços, voltados à família e indivíduos em vulnerabilidade, baseando-se na família referenciada.

O CRAS – Centro de Referência da Assistência Social é a referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica do SUAS. Isso significa que os serviços devem estar sempre em contato com o CRAS, no respectivo território de abrangência, tomando-o como ponto de referência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente no CRAS, desde que haja espaço físico e equipe, sem prejuízo das atividades do PAIF, que deve ser ofertado exclusivamente pelo CRAS. Já os demais serviços, quando desenvolvidos no território do CRAS por outra unidade pública ou entidade/organizações de assistência social devem ser, obrigatoriamente, referenciados ao CRAS. É importante que o CRAS seja instalado em local próximo ao território vulnerável e de risco, a fim de garantir o efetivo referenciamento das famílias e seu acesso à proteção social básica.

O município conta com 5 CRAS localizados em 5 territórios .

CRAS Território I: Rua Paranaguá nº 101 telefone :(34) 3690-3082

Área de abrangência:

Brasília

Chancia

Fátima

Fazenda Gerais

Gutierrez

Industriários

João Calixto

Maria Eugênia

Santa Helena

Portal de Fátima

Zona rural de abrangência



Rede prestadora de Serviço do território I:

Governamental	Não Governamental
CEDEC	Beneficência Evangélica de Araguari
CEGER	Centro Espírita Nosso Lar
CEM-Centro Educacional Ondina Moutinho Vieira	Comissariado Franciscano de Nossa Senhora de Fátima
CEM- Centro Educacional Municipal Neusa Rodrigues Teixeira	Comunidade Terapêutica El Shaday
CEM- Centro Educacional Tenente Cel. Vilagran Cabrita	Comunidade Terapêutica Pró -vida
NASM	Associação Mãos Amigas
Policlínica	
CMEI Padre Alberto Arts	

CEAAMI	
CMEI Padre Nilo I, II	
Escola Estadual Padre Damião	
Escola Estadual Madre Maria Blandina	
PSF Brasília 1 e 2	
PSF Maria Eugênia 1 e 2	
PSF Gutierrez	
UBS Santa Helena	
Universidade Aberta do Brasil-Polo de Apoio Presencial de Araguari	

CRAS Território II: Rua Teresinha Rocha nº 291 Telefone:(34)3690-3086

Área de abrangência:

Conjunto Alan Kardec
 Conjunto Mauá
 Distritos: Piracaíba , Amanhece
 Goiás
 São Sebastião
 Sewa
 Vieno
 Zona rural de abrangência

Rede Prestadora de Serviço do Território II

Governamental	Não Governamental
CEM-Centro Educacional João Ribeiro de Araújo	
CEM-Centro Educacional Osório Vieira Carrijo	
CEM-Centro Educacional Realino Elias Carrijo- Amanhece	
CEM-Centro Educacional Rosa MameriRade	
CMEI – Maria Barbosa Naves	
CMEI – Talita Pereira Oliveira	
CMEI- Distrito Amanhece	
CMEI- Inês Vasconcelos de Paiva Neves	
CMEI- Vó Zita	
Escola Estadual Arthur Bernades	
Escola Estadual José Carneiro	
Escola Estadual Lindolfo da Cunha	
Escola Estadual Professor Antônio Nunes	
PSF Amanhece	
PSF Goiás	

CRAS Território III: Av. Joaquim Barbosa nº 1241- Telefone : (34) 3690-3111

Área de abrangência:

Aeroporto
 Amorim
 Beatriz
 Bela Vista
 Bosque
 Canaã
 Distrito Industrial
 Eduardo Moreira
 Flamboyant
 Idelmino
 Jardim Regina
 Milenium
 Parque das Gaivotas
 São Luiz
 São Vicente
 Zona rural de abrangência

Rede Prestadora de Serviços Território III

Governamental	Não Governamental
CEM-Centro Educacional Municipal José Inácio – zona rural	AABB Comunidade
CEM-Centro Educacional Municipal Justino Rodrigues da Cunha – zona rural	Comunidade São Vicente de Paulo
CEM-Centro Educacional Municipal Papa João XXIII	Conselho Central de Araguari da Sociedade São Vicente de Paulo
CMEI – Irmã Margarida	Educandário Lar da Criança
CMEI- Nossa Senhora da Penha	Associação Beneficente Rainha da Paz- Mãos a obra
CMEI- Zácia Pedreiro Skaf	CEI- Centro de Educação Infantil Santa Terezinha
Escola Estadual Dona Eleonora Pierucetti	CEREA
Escola Estadual Padre Eloi	Serviço Evangélico de Araguari- SER
Escola Estadual Paes de Almeida	
Escola Estadual Rainha da Paz	
MUP- Micro unidade de produção	
PSF-Bosque	
PSF-Novo Horizonte	
Unidade Básica de Saúde - Amorim	

CRAS Território IV: Rua Claudio Manoel nº 1087-Telefone: (34) 3690-3065

Área de abrangência:

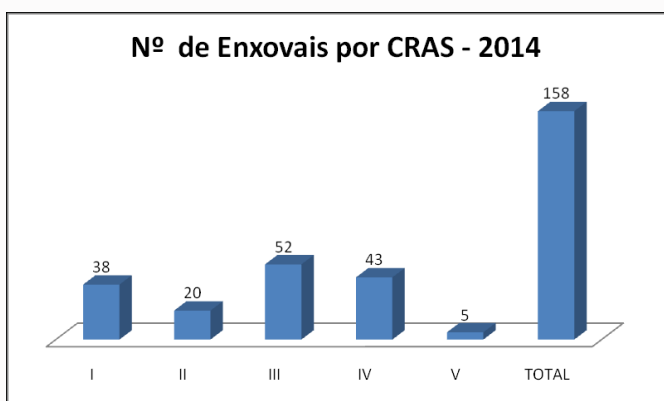
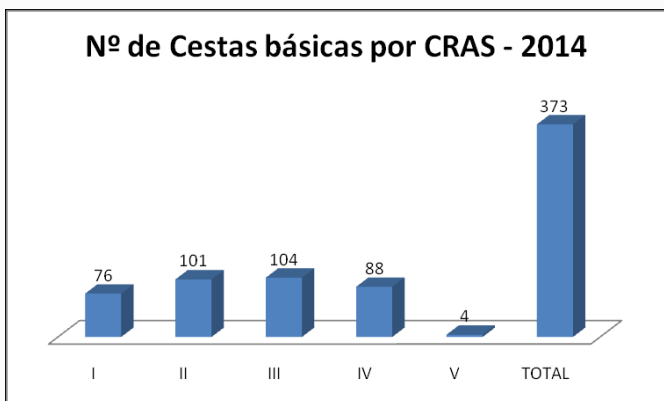
Centro
 Conjunto Alvorada
 Independência
 Interlagos
 Jôquei Clube
 Miranda
 Ouro Verde
 Paineiras
 Palmeiras do Império
 Paraíso
 Parque dos Verdes
 Portal do Cerrado
 Portal dos Ipês
 Rosário
 Santa Teresinha
 Santiago
 Sibipiruna
 São João
 São Judas
 Zona rural de abrangência

Rede Prestadora de Serviço do Território IV

Governamental	Não Governamental
CEM- Centro Educacional Municipal Dr. Arcino Santos Laureano- CAIC	ADEFA
CEM-Centro Educacional Municipal Hermenegildo Marques Veloso	Abrigo Cristo Rei
CEM-Centro Educacional Municipal João Pedreiro	APAE
CEM-Centro Educacional Municipal Maria de Fátima Oliveira Morais	Associação do Bem estar do Menor de Araguari
CMEI- Lázaro Camargo	Casa do Caminho
CMEI- Maria Belém	CEI Lar Maria Carlota
CMEI- Maria da Glória Gonçalves	
Escola Estadual Costa Sena	
Escola Estadual Isolina França Soares Torres	

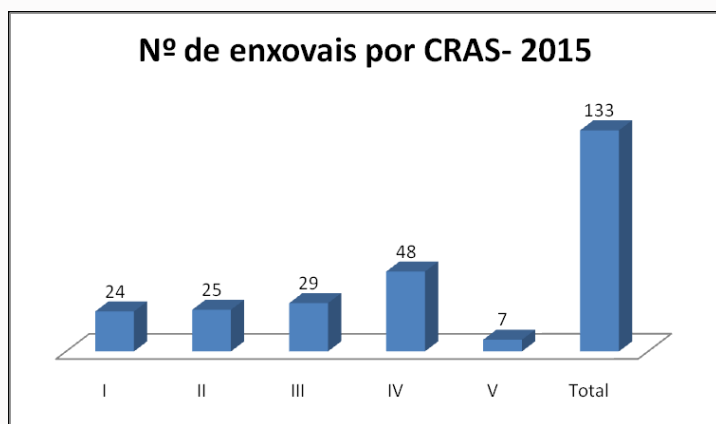
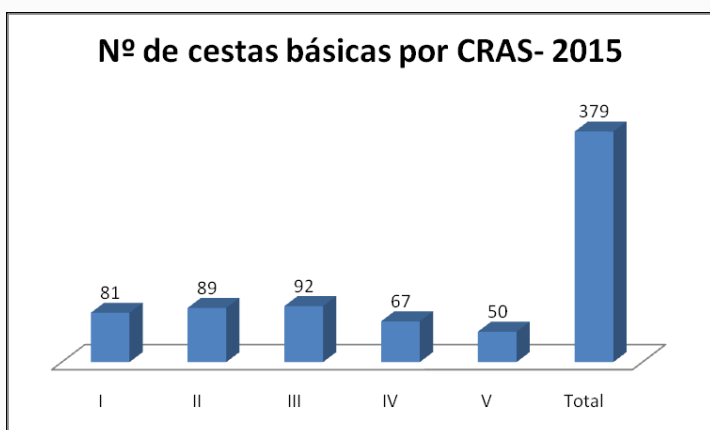


2014



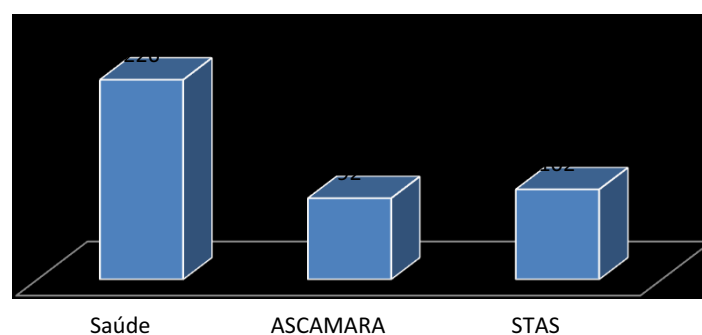
Fonte: Centros de Referência da Assistência Social

2015



Fonte: Centros de Referência da Assistência Social

Cestas Básicas na STAS 2015



Fonte: Secretaria de Trabalho e Ação Social

Proteção Social Especial

Destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situações de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros.

Divide-se em duas proteções:

- **Proteção Social Especial de Média Complexidade:** Atendimento a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos;
- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade:** Atendimento que garantem proteção integral à famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou em situação de ameaça. Vínculos familiares e ou comunitários rompidos.

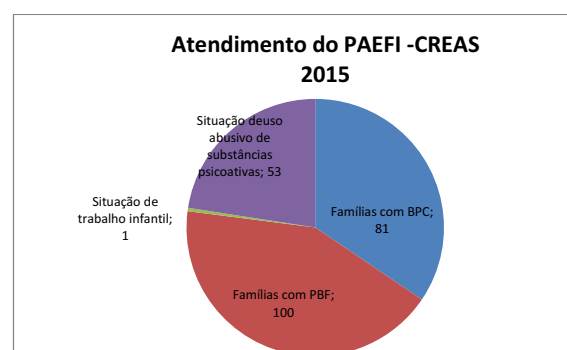
CREAS

- Unidade Pública Estatal;
- Polo de referência, coordenador e articulador da Proteção Social Especial de Média Complexidade;
- Oferta de serviços, orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de vínculos;
- Articula os serviços de média complexidade e opera a referência e a contra referência com a rede de serviços sócioassistenciais da PSB e PSE, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o SGD – Sistema de Garantia de Direitos e Movimentos Sociais.

Araguari conta com um CREAS.

Atendimento do CREAS

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

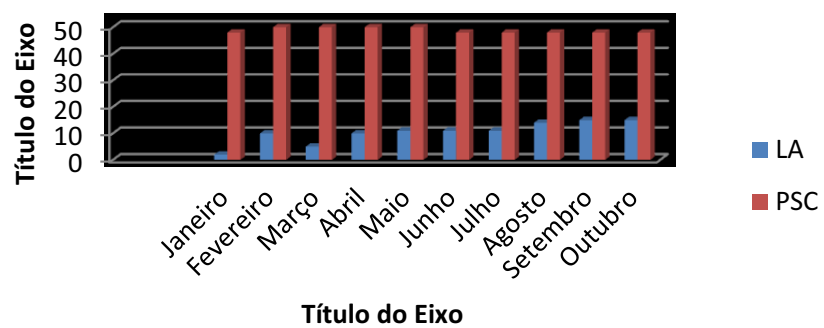


Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social



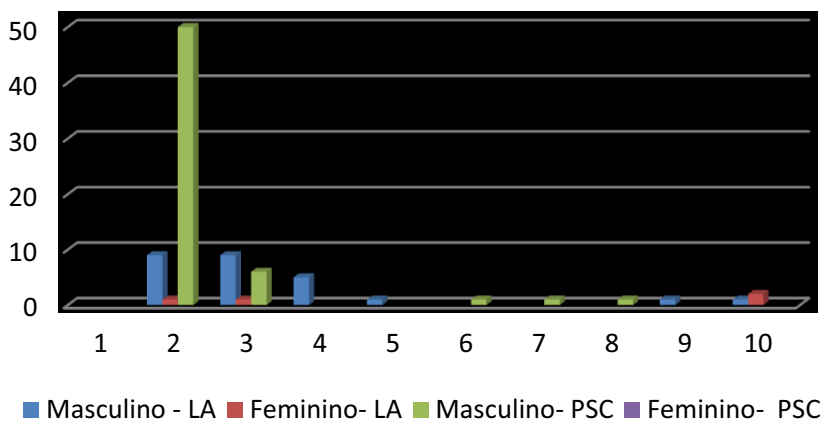
Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC

Atendimento de Medidas Socioeducativas



Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

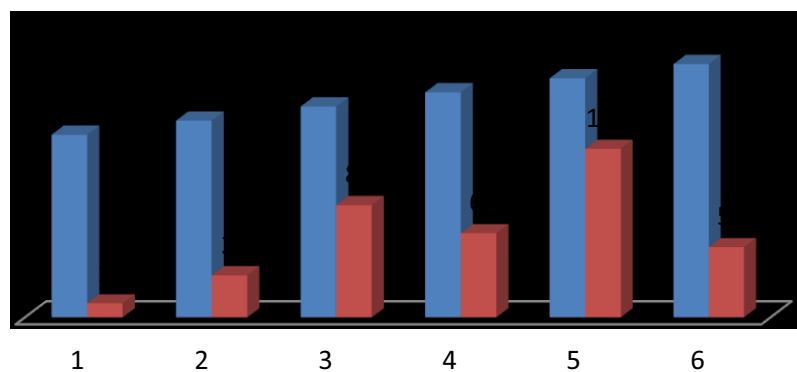
Adolescentes inseridos



Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

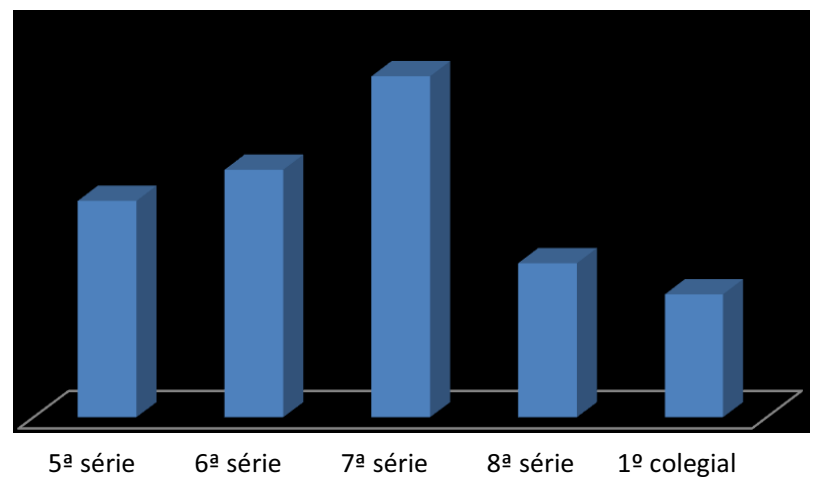
Faixa Etária dos Adolescentes em cumprimento de medidas

■ IDADE ■ ADOLESCENTES



Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

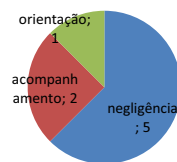
Escolaridade dos adolescentes em cumprimento de medidas



Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

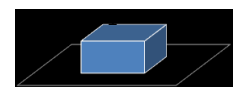
Atendimento de Idosos no ano de 2015 – CREAS

Atendimento de Idosos - CREAS Amorim - 2015



Atendimento de Idosos - CREAS Alan Kardec-2015

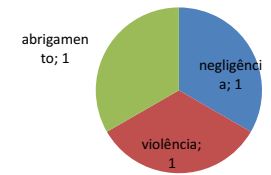
■ violência



Atendimento de Idosos - CREAS Aeroporto- 2015



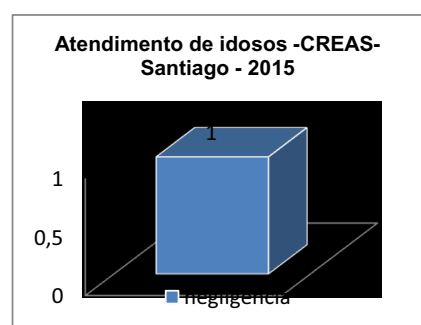
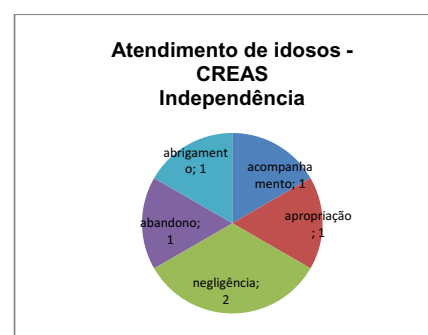
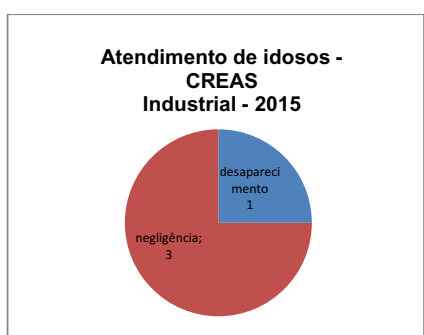
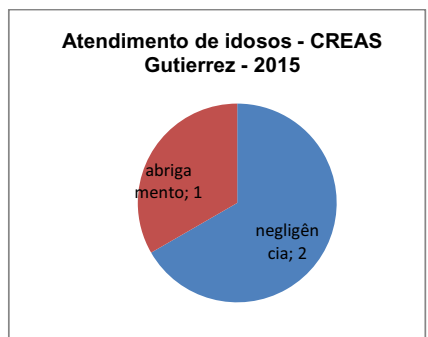
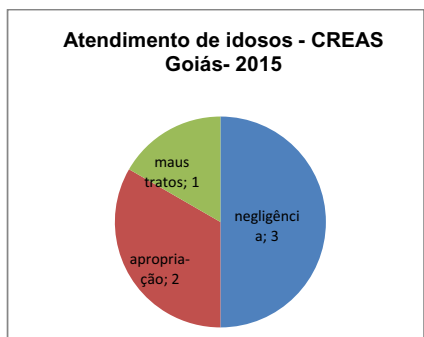
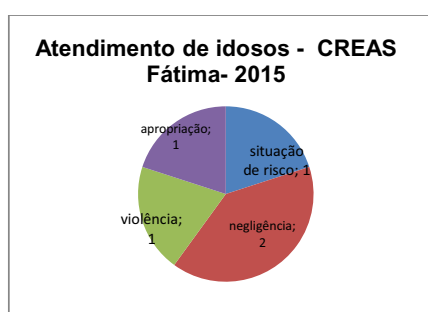
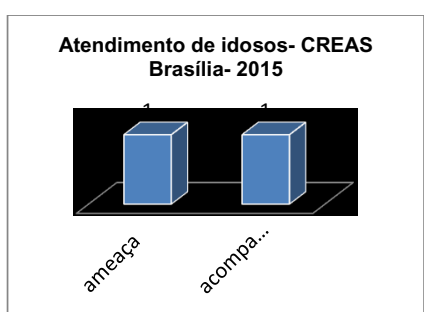
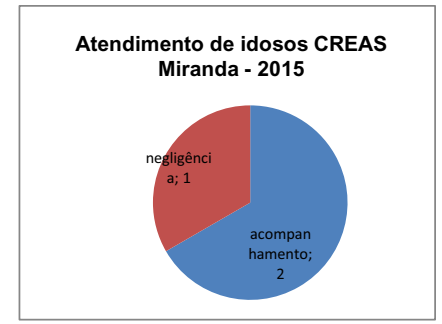
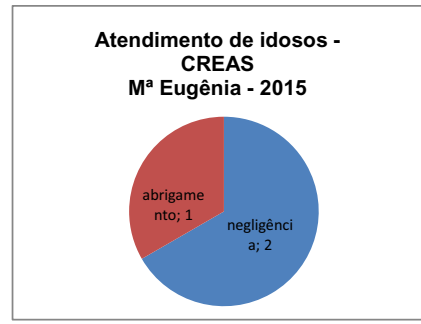
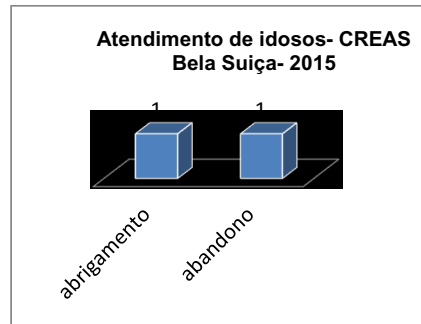
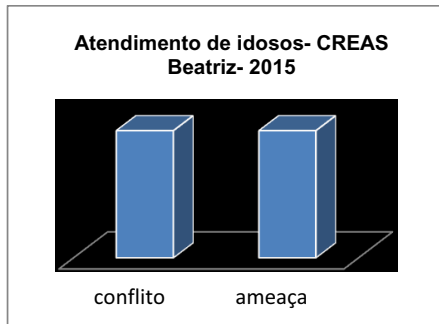
Atendimento de Idosos - CREAS Amanhece- 2015

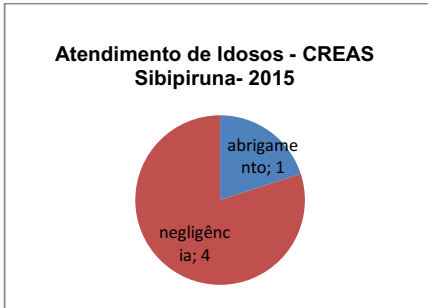


Correio Oficial

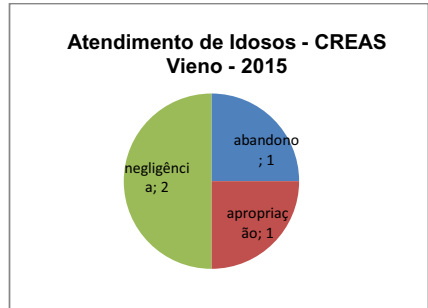
Acompanhe também pela internet!

www.araguari.mg.gov.br

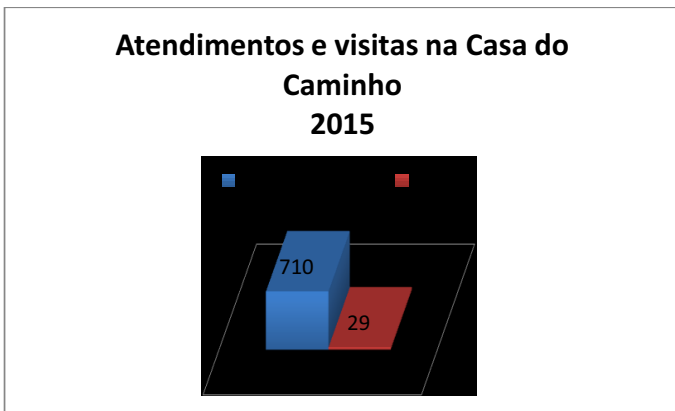




Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social

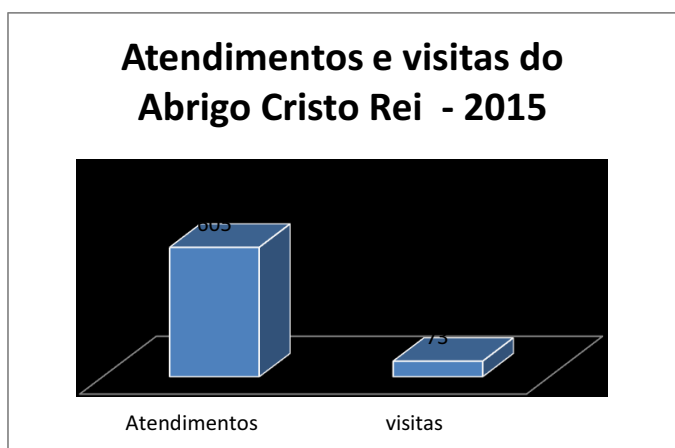


**Alta Complexidade
Atendimento da Casa do Caminho**



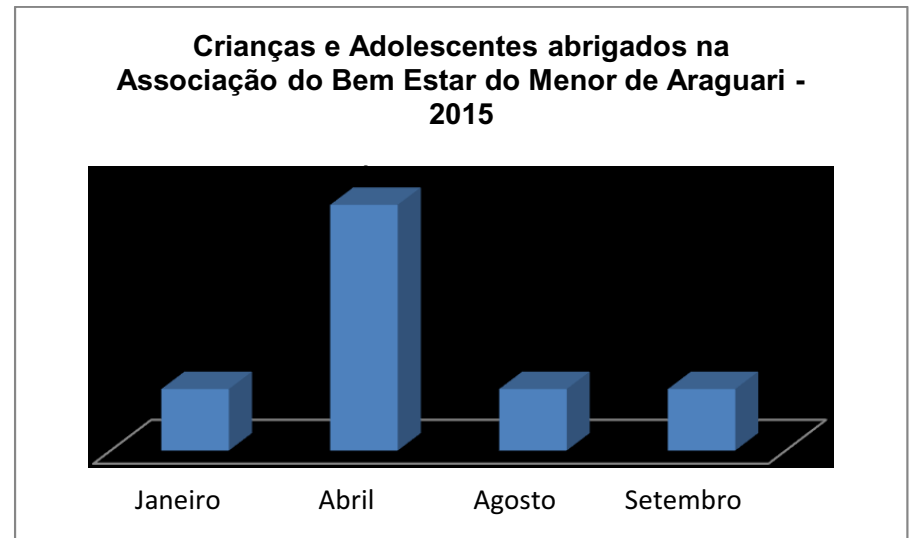
Fonte: Casa do Caminho

Atendimento do Abrigo Cristo Rei



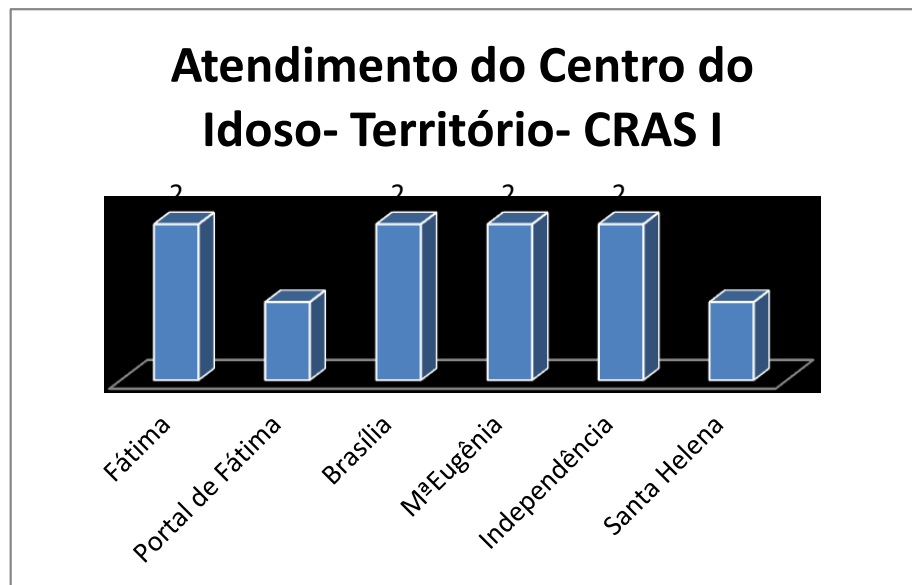
Fonte: Abrigo Cristo Rei

Atendimento da Associação do Bem Estar do Menor de



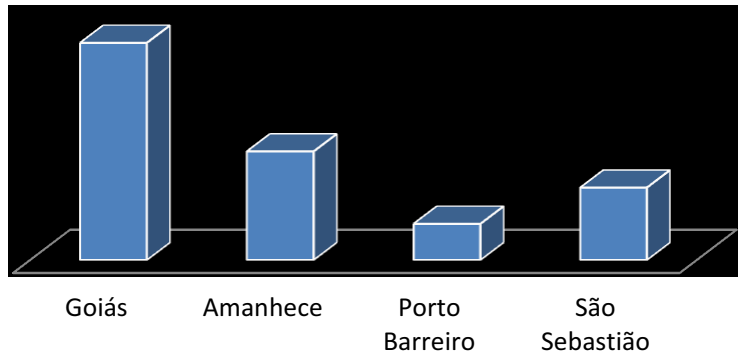
Fonte: Associação do Bem Estar do Menor de Araguari

Atendimento do Centro do Idoso por Território

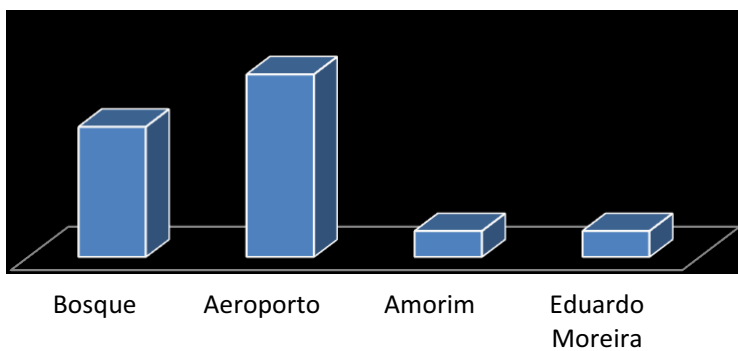




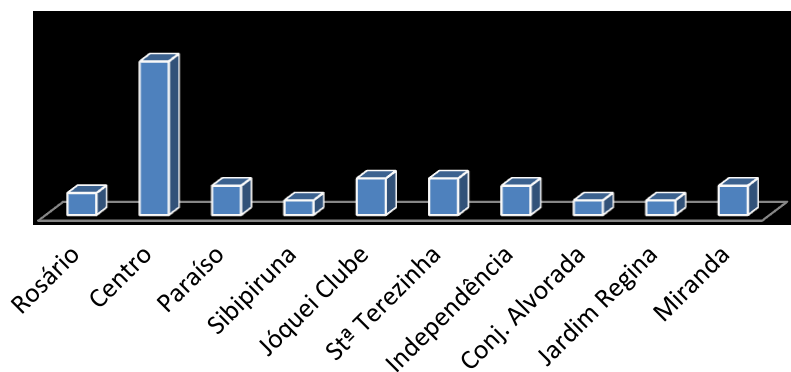
Atendimento do Centro do Idoso-Território- CRAS II



Atendimento do Centro do Idoso-Território- CRAS III



Atendimento do Centro do Idoso-Território- CRAS IV



Fonte: Centro de Convivência do Idoso

Ações e Estratégias Proteção Social Básica

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	METAS	RESPONSÁVEL
Construir e equipar Centro de Referência da Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> Aguardar a expansão do MDS Buscar recursos SEDESE Utilizar recurso próprio Utilizar recursos do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial) 	1 unidade Portal dos Ipês	STAS
Implantar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF	<ul style="list-style-type: none"> Ofertar o serviço com recursos municipais Aguardar a expansão do MDS para financiamento do serviço 	1 unidade Portal dos Ipês	STAS
Manutenção dos Centros de Referência de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> Garantir mensalmente, através de recursos fundo a fundo o repasse para o CRAS, material de limpeza, expediente e pedagógico. 	Mensalmente	STAS
Manutenção do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar recursos para os eventos comemorativos Atender as famílias nas 5 unidades dos CRAS Assegurar a contratação de funcionários para a realização das oficinas nos CRAS de acordo com as demandas de cada território, faixa etária e inclusão produtiva. 	300 eventos (reuniões, festas com lanche)/ano 20.200 famílias/ano (meta pactuada no Plano de Ação – 2016) 2 oficinas para cada equipamento	STAS Equipes de Referência STAS – Empresa contratada até Julho 2016

Proteção Social Especial

AÇÕES	ESTRATÉGIAS	META	RESPONSÁVEL
Manutenção do CREAS- Centro de Referência Especializado da Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> Garantir mensalmente, através de recursos fundo a fundo o repasse para o CREAS, material de limpeza, expediente e pedagógico. 	Repasse mensal	STAS
Manutenção do PAEFI- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar recursos para os eventos comemorativos Atender as famílias do PAEFI (Previsão de atendimento no Plano de Ação- 2016) Assegurar manutenção periódica do veículo para a realização das visitas Realizar atendimentos, visitas domiciliares e acompanhamento da família e/ou indivíduo. Assegurar aquisição de brinquedos pedagógicos e material para as brinquedotecas 	60 eventos (reuniões, palestras, cursos que possuem lanche)/ano 600 famílias/ ano Revisão semestral dos veículos e sempre que se fizer necessário Atendimentos, visitas e acompanhamentos de acordo com a demanda. De acordo com a necessidade da unidade	STAS Equipe de Referência - CREAS STAS Equipe de Referência - CREAS STAS
Manutenção do Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC)	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar o cumprimento do Plano Decenal de Medidas socioeducativas Assegurar o atendimento dos adolescentes encaminhados pela Promotoria - (previsão de atendimento no Plano de Ação de 2016) 	Cumprir metas estipuladas no Plano Decenal 50 adolescentes/ano	Equipe de Referência executora das medidas socioeducativas Equipe de Referência executora das medidas socioeducativas
Estabelecimento e fortalecimento da rede intersetorial	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento e fortalecimento da rede intersetorial 	Realizar reuniões com a rede intersetorial, pelo 5/ano	STAS/Equipe de Referência – CREAS
Ações de mobilização, informação e prevenção do trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias e fortalecimento da rede de Proteção integral à criança e ao adolescente para realização de ações comunitárias educativas e preventivas 	Pelo menos 2 ações comunitárias/ano	STAS/Equipes do PETI
Manutenção das unidades de PETI Piracaiba Amanhece e CEDEC	<ul style="list-style-type: none"> Garantir mensalmente, o repasse de material de limpeza, gêneros alimentícios expediente e pedagógico. Assegurar o acompanhamento e orientação das famílias do PETI. Assegurar a execução do SCFV 	Repasse mensal Acompanhar as 30 famílias das crianças inseridas no PETI Execução do SCFV nas 3 unidades	STAS Equipes dos PETIs STAS/Equipes do PETI/Equipe CREAS/Empresa



Correio Oficial

Acompanhe também
pela internet!
www.araguari.mg.gov.br



Planejamento das atividades de 2016

Proteção Social Básica - CRAS

UNIDADE	ATIVIDADE	Responsável	PERÍODO
CRAS I	Acompanhamento do BPC- Idoso	Equipe PAIF	Fevereiro a Dezembro- Bimestral
	Acompanhamento do BPC- Deficiente	Equipe PAIF	Fevereiro a Dezembro- Bimestral
	Execução do SCFV na E. E. Padre Damião	Lídia	Fevereiro a Dezembro- Semanal
	Execução das oficinas no CRAS: artesanato- tarde; expressão corporal- tarde		
	Acompanhamento de beneficiários em descumprimento de condicionalidades	Equipe PAIF	Fevereiro a Dezembro
CRAS II	Execução dos cursos do SENAR: Artesanato em tricô e crochê	SENAR, Equipe de referência e Denise	
	Acompanhamento do BPC- Idoso	Equipe PAIF	Fevereiro a Dezembro
CRAS III	Acompanhamento do BPC- Deficiente	Equipe do PAIF	Fevereiro a Dezembro
	Execução do SCFV na E. E. José Carneiro CEM do Alto São João	Sonilda e Flávia	Fevereiro a Dezembro
	Execução das oficinas no CRAS: artesanato- tarde; expressão corporal- tarde		
	Acompanhamento de beneficiários em descumprimento de condicionalidades.	Equipe do PAIF	Fevereiro a Dezembro
	Execução dos cursos do SENAR: Derivados do Leite I e II, Doces Cristalizados, Quitandas, Plantas Medicinais e Educação Comunitária	SENAR, Equipe de referência e Denise	29/02 a 04/03 14/03 a 18/03
CRAS IV	Acompanhamento do BPC- Deficiente	Equipe do PAIF	Fevereiro a Dezembro
	Execução do SCFV na A.A.B.B. no CEM Papa João XXIII	Flávia	Fevereiro a Dezembro
	Execução das oficinas no CRAS: artesanato- manhã e tarde; dança manhã e tarde		
CRAS V	Acompanhamento de beneficiários em descumprimento de condicionalidades.	Equipe do PAIF	Fevereiro a Dezembro
	Acompanhamento do BPC- Deficiente	Equipe do PAIF	Fevereiro a Dezembro
	Execução do SCFV oficinas no CRAS: artesanato- tarde; karatê - manhã e tarde	Christiane e Maria Helena	Fevereiro a Dezembro
	Acompanhamento de beneficiários em descumprimento de condicionalidades.	Equipe do PAIF	Fevereiro a Dezembro

Proteção Social Básica - Centro de Convivência do Idoso

Unidade	Atividade	Responsável	Periodo
CCI	Execução das Oficinas do SCFV: Dança; Artesanato; Teatro; Canto Coral; Tai chi chuan, Informática e alongamento	Oficineiros da A&V, Simone, Luzia e Jéssica	Janeiro a Junho- A&V Janeiro e Dezembro as demais
	Grupo de convivência	Daniela e Rita	Semanal
	Comemoração de aniversariantes	Rita	Mensal

Proteção Social Especial - PETI

UNIDADE	ATIVIDADE	Responsável	PERÍODO
CEDEC	Reunião de equipe com a equipe de gestão	Equipe de gestão do PETI e equipe dos PETIs	2 por semestre
	Reunião de planejamento	Equipe de pedagogas	
	Capacitação realizada pela IMEPAC	IMEPAC	1º semestre
	Realização das campanhas nos territórios	Equipe do CEDEC	Fevereiro a Junho- 1 por mês
	Realização da Campanha Nacional contra o Trabalho Infantil	Equipes: Gestão do PETI; e do PETI	Junho
	III Fórum Municipal	Equipes: Gestão do PETI; e do PETI	Setembro
	Execução do SCFV: Oficinas: Banda - manhã e tarde; Canto Coral - manhã e tarde; Artes Plásticas - Tarde; Karatê - manhã; Jardinagem - manhã e tarde; Tai chi chuan - manhã e tarde	Márcia e Edite e oficineiros da A&V	Fevereiro a Junho
PETI Amanhece	Reunião de pais para orientação	Equipe do CEDEC	Mensal
	Execução do SCFV: Oficinas: Canto Coral - manhã e tarde; Artes Plásticas - manhã; Tai chi chuan - tarde	Márcia e Edite e oficineiros da A&V	Fevereiro a Junho
PETI Piracaiba	Reunião de pais para orientação	Equipe do PETI Amanhece	Mensal
	Execução do SCFV: Oficinas: Canto Coral - manhã e tarde; Dança - manhã; Atividades esportivas-	Márcia e Edite e oficineiros da A&V	Fevereiro a Junho
PETI Piracaiba	Reunião de pais para orientação	Equipe do PETI Piracaiba	Mensal

Proteção Social Especial - CREAS

UNIDADE	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO
CREAS	Execução do serviço de Medidas Socioeducativas (grupos e acompanhamento)	Denise e Sandra	Fevereiro a Dezembro
	Execução das oficinas de dança e música	Denise, Sandra e oficineiros A&V	Fevereiro a Julho
	Execução do curso de jardinagem	Denise e Antônio	Janeiro a Julho
	Execução do Bombeiro Mirim- Medidas socioeducativas	Edileuza, Denise e Sandra e Corpo de Bombeiros	Março a Dezembro
	Execução do Bombeiro Mirim- Medidas Protetivas	Edileuza, Equipe CREAS e Corpo de Bombeiros	Março a Dezembro
	Acompanhar 60% das famílias com crianças ou adolescentes nos serviços de acolhimento	Equipe do PAEFI	Janeiro a Dezembro
	Acompanhamento 100% pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas	Equipe do PAEFI	Janeiro a Dezembro

GESTÃO

UNIDADE	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO
CRAS	Realizar visitas de acompanhamento e supervisão do trabalho	Edileuza, Luz Marina e Rita	Janeiro a Dezembro semanal
	Reuniões de Equipe	Edileuza, Luz Marina e Rita	Mensal
	Reuniões de Equipe do SCFV	Luz Marina e Rita	Bimestral
CREAS	Realizar visitas de acompanhamento e supervisão do trabalho	Edileuza, Luz Marina e Rita	Janeiro a Dezembro semanal
	Reuniões de Equipe	Edileuza, Luz Marina e Rita	Mensal
PETIs	Realizar visitas de acompanhamento e supervisão do trabalho	Luz Marina e Rita	Janeiro a Dezembro semanal
	Reuniões de Equipe	Luz Marina e Rita	2 por semestre
	Construção da sede do PETI Amanhece	PMA	
Rede Intersetorial	Reuniões com toda a rede	Edileuza, Luz Marina e Rita	A partir de Março - bimestral
	Coordenação de gestão de casos	Edileuza, Luz Marina e Rita	A partir de Janeiro- mensal
Capacitações	Realizar capacitação das equipes do PETI	Luz Marina e Rita e IMEPAC	1º semestre
	Realizar capacitação das equipes de referência	STAS	2º semestre
Campanhas e Fóruns	Realizar a Campanha Nacional contra o Trabalho Infantil	Equipes Gestão do PETI e do PETI	Junho
	Realizar III Fórum Municipal	Equipes: Gestão do PETI; e do PETI	Setembro
	Realizar o Dia Nacional da	Edileuza, Luz Marina e Rita e	Junho e Outubro
Estruturação da STAS	Violência contra o Idoso e o Dia Nacional do Idoso	Conselho Municipal do Idoso	
	Adequação da legislação municipal à legislação do SUAS	Equipe de gestão e Procuradoria	Julho
Centro do Idoso	Divisão dos territórios do município	Equipe de gestão e coordenação do Bolsa Família	1º semestre
	Construção do Centro de Convivência do Idoso	PMA/STAS	Recursos do FAR
Centro de Geração de Renda	Reforma da MUP	PMA/STAS	1º semestre
Sistema de Monitoramento	Alimentar todos os sistemas de relatórios	Cláudia	Mensal

Correio Oficial

Acompanhe também pela internet!

www.araguari.mg.gov.br



ANEXOS

c) Cadastro e atendimento da População em Situação de Rua	Identificar e cadastrar no CadÚnico 70% das pessoas em situação de rua em acompanhamento pelo Serviço Especializado ofertado no Centro Pop. Implantar 100% dos Serviços para população de rua (Serviço Especializado para Pop Rua, Serviço de Abordagem Social e Serviço de Acolhimento para pessoa em situação de rua) nos municípios com mais de 100 mil habitantes e municípios de regiões metropolitanas com 50 mil ou mais, conforme pactuação na CIT e deliberação do CNAS.
d) Acompanhamento pelo PAEFI de famílias com crianças e adolescentes em serviço de acolhimento	Acompanhar 60% das famílias com criança ou adolescente nos serviços de acolhimento.
e) Reordenamento dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	Reordenar 100% dos serviços de acolhimento para crianças e adolescente em conformidade com as pactuações da CIT e resoluções do CNAS.
f) Acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas	Realizar em 100% dos CREAS o acompanhamento de famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas.
g) Implantar Unidades de Acolhimento (residência inclusiva) para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares	Implantar 100% das unidades de acolhimento (residência inclusiva), conforme pactuado na CIT e deliberado pelo CNAS, para pessoas com deficiência em situação de dependência com rompimento de vínculos familiares.
GESTÃO	
PRIORIDADE	META
a) Desprecarização dos vínculos trabalhistas das equipes que atuam nos serviços socioassistenciais e na gestão do SUAS	Attingir percentual mínimo 60% de trabalhadores do SUAS de nível superior e médio com vínculo de servidor estatutário ou empregado público.
b) Estruturação das SMAS com formalização de áreas essenciais	100% dos municípios de pequeno I e II e médio porte com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, as áreas constituídas como subdivisões administrativas, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e a área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial. 100% dos municípios de grande porte e metrópole com instituição formal, na estrutura do órgão gestor de assistência social, áreas constituídas como subdivisões administrativas a Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, com subdivisão de Média e Alta Complexidade, Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda, área de Gestão do SUAS com competência de: Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Vigilância Socioassistencial.
c) Adequação da legislação Municipal à legislação do SUAS	100% dos municípios com Lei que regulamenta a Assistência Social e o SUAS atualizada.
CONTROLE SOCIAL	
PRIORIDADE	META
a) Ampliar a participação dos usuários e trabalhadores nos Conselhos Municipais de Assistência Social	Attingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social com representação da sociedade civil composta representantes de usuários e dos trabalhadores do SUAS.
b) Instituir o CMAS com instância de Controle Social do Programa Bolsa Família	Attingir 100% dos Conselhos Municipais de Assistência Social como instância de controle social do PBF.
3. O PACTO DE APRIMORAMENTO DO SUAS, A ELABORAÇÃO DO PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E INTERFACE COM O PLANO PLURIANUAL (PPA)	
O Plano de Assistência Social, mais do que um documento burocrático elaborado para o cumprimento de exigências legais, deve ser compreendido com uma importante ferramenta de gestão para alcance dos objetivos propostos e para a administração das organizações envolvidas, bem como um instrumento político fundamental para a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a garantia do orçamento público para seu financiamento.	
A Norma traz um capítulo dedicado especialmente aos Planos de Assistência Social, que são reconhecidos com um instrumento estratégico que organiza e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. A responsabilidade pela elaboração dos planos é do órgão gestor da política, que deve submetê-los à aprovação do conselho de assistência social. Os planos devem ser elaborados a cada quatro anos, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual (PPA).	





ANEXO

Prefeitura Municipal de Araguari

Secretaria do Trabalho e Ação Social

Secretária: Mirna Mares Machado Valente

PPA – Plano Plurianual 2014-2017

PPA 2014-2017 PROGRAMA APOIO ADMINISTRATIVO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Dados financeiros em R\$ médios/2013	2014	2015	2016	2017	Total
	4.016.557,38	4.208.089,38	4.408.991,45	4.619.968,03	17.253.606,24
Programa Apoio 016: Trabalho e Ação Social					
DESCRIÇÃO				ANO	VALORES
Remuneração de pessoal ativo e inativo alocado às atividades administrativas e respectivos encargos sociais				2014	3.513.213,90
				2015	3.688.874,60
				2016	3.873.318,33
				2017	4.066.984,25
				Total	15.142.391,08
Manutenção e conservação de bens imóveis				2014	234.195,48
				2015	241.221,34
				2016	248.457,98
				2017	255.911,74
				Total	979.786,54
Manutenção de serviços administrativos estritamente relacionados a atividade meio				2014	101.300,00
				2015	105.000,00
				2016	108.885,00
				2017	113.000,00
				Total	428.185,00
Manutenção de serviços de transporte				2014	145.848,00
				2015	150.223,44
				2016	154.730,14
				2017	159.372,04
				Total	610.173,62
Ações de informática				2014	22.000,00
				2015	22.770,00
				2016	23.600,00
				2017	24.700,00
				Total	93.070,00
TOTAL GERAL PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO				Total	17.283.606,24



PPA 2014 - 2017
PROGRAMAS FINALÍSTICOS TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Programa 016-01: Atenção ao Migrante

Objetivo: Assegurar condições básicas ao Migrante com orientação psicossocial fornecimento de passagens e encaminhamento ao Albergue Noturno

Indicador	Índice mais recente	Índice final PPA
Taxa de atendimento ao Migrante	Em apuração	

Dados financeiros em R\$ médios/2013	2014	2015	2016	2017	Total
	81.400,00	82.200,00	83.514,00	85.364,00	332.478,00

Descrição da Ação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$)
Reforma e Ampliação do Albergue Noturno Função: 08 - Subfunção: 244	Proteção Social Especial	P	Albergue Noturno reformado	Unidade	2014	1	21.600,00
					2015	1	22.000,00
					2016	1	22.814,00
					2017	1	23.864,00
					Total	4	90.278,00
Manutenção do Albergue Noturno Função: 08 - Subfunção: 244	Proteção Social Especial	A	Migrantes atendidos	Unidade	2014	550	14.400,00
					2015	560	14.800,00
					2016	560	15.300,00
					2017	560	16.100,00
					Total	2240	60.600,00
Fornecimento de passagens ao migrante Função: 08 - Subfunção: 244	Proteção Social Especial	A	Passagens distribuídas	Unidade	2014	1.920	32.400,00
					2015	2.112	32.400,00
					2016	2.320	32.400,00
					2017	2.550	32.400,00
					Total	8.902	129.600,00
Implantação de atividades laborativas sócio educativas na Casa de Passagem Função: 08 - Subfunção: 244	Proteção Social Especial	A	Atividades laborativas implantadas	Unidade	2014	1	5.000,00
					2015	1	5.000,00
					2016	1	5.000,00
					2017	1	5.000,00
					Total	4	20.000,00
Manutenção da Casa de Passagem Função: 08 - Subfunção: 244	Proteção Social Especial	A	Casa de Passagem mantido	Unidade	2014	1	8.000,00
					2015	1	8.000,00
					2016	1	8.000,00
					2017	1	8.000,00
					Total	4	32.000,00
Total no PPA							332.478,00

PPA 2014 - 2017
PROGRAMAS FINALÍSTICOS TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Programa 016-03: Atenção à 3ª Idade

Objetivo: Assegurar condições dignas de vida a idosos carentes proporcionando-lhes orientações psicossociais, ajuda financeira e/ou acolhimento em centros de convivência

Indicador	Índice mais recente	Índice final PPA
Taxa de atendimento ao Idoso	Em apuração	

Dados financeiros em R\$ médios/2013	2014	2015	2016	2017	Total
	228.472,00	232.000,00	235.000,00	237.000,00	932.472,00

Descrição da Ação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$)
Apoio às instituições asilares, não governamentais com repasse de gêneros e materiais Função: 08 - Subfunção: 241	Proteção Social Especial	A	Instituições apoiadas	Unidade	2014	2	113.472,00
					2015	2	114.000,00
					2016	2	115.000,00
					2017	2	116.000,00
					Total	8	458.472,00
Construir e equipar Centro de Convivência do Idoso Função: 08 - Subfunção: 241	Proteção Social Básica	P	Centro de Convivência construído e equipado	Unidade	2014	1	90.000,00
					2015	1	93.000,00
					2016	1	94.000,00
					2017	1	95.000,00
					Total	4	372.000,00
Manutenção do Centro de Convivência do Idoso Função: 08 - Subfunção: 241	Proteção Social Básica	A	Idosos atendidos	Unidade	2014	1	25.000,00
					2015	1	25.000,00
					2016	1	26.000,00
					2017	1	26.000,00
					Total	4	102.000,00
Total no PPA							932.472,00



PPA 2014 - 2017
PROGRAMAS FINALÍSTICOS TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Programa 016-04: Atenção às pessoas com Deficiências

Objetivo: Atender pessoas com deficiências com orientação, inclusão ao BPC, e acesso aos locais públicos

Indicador	Índice mais recente				Índice final PPA
	Em apuração				
Pessoas com necessidades especiais	2014	2015	2016	2017	Total
	23.500,00	26.000,00	28.500,00	31.000,00	109.000,00

Dados financeiros em R\$ médios 2013

Descrição da Ação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Fisicas	Valores (R\$)
Manutenção do passe livre para pessoas com deficiência e seus acompanhantes	Proteção Social Básica	A	Passe distribuídos	Unidade	2014	1.000	3.000,00
					2015	1.100	4.000,00
					2016	1.200	4.500,00
					2017	1.300	5.000,00
					Total	4.600	16.500,00
Função 08 - Subfunção 242							
Apoio às instituições prestadoras de serviços para pessoas com deficiência	Proteção Social Básica	A	Instituições apoiadas	Unidade	2014	4	11.000,00
					2015	4	12.000,00
					2016	4	13.000,00
					2017	4	14.000,00
					Total	16	50.000,00
Função 08 - Subfunção 242							
Manutenção do BPC na Escola	Proteção Social Básica	A	Pessoas com deficiência atendidas	Unidade	2014	500	9.000,00
					2015	510	10.000,00
					2016	520	11.000,00
					2017	530	12.000,00
					Total	2.060	42.000,00
Função 08 - Subfunção 242							
Total no PPA							109.000,00

PPA 2014 - 2017
PROGRAMAS FINALÍSTICOS TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Programa 016-05: Atenção à Família

Objetivo: Atender famílias carentes com orientação psicossocial e assegurar condições dignas de vida

Indicador	Índice mais recente				Índice final PPA
	Em apuração				
Índice de Gestão Descentralizada (IGDM-E)	0,80				1
Índice de Gestão Descentralizada SUAS (IGDM-S)	0,59				1
	2014	2015	2016	2017	Total
	1.347.482,40	1.864.536,87	1.358.645,81	1.221.809,23	5.792.474,31

Dados financeiros em R\$ médios/2013

Descrição da Ação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Fisicas	Valores (R\$)
Distribuição de cestas básicas, atendimento suplementar e emergencial a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade	Proteção Social Básica	A	Cesta-alimentação concedidas	Unidade	2014	2.200	130.000,00
					2015	2.200	130.000,00
					2016	2.200	130.000,00
					2017	2.200	130.000,00
					Total	8.800	520.000,00
Função 08 - Subfunção 244							
Benefício Eventual	Proteção Social Básica	A	Famílias atendidas	Unidade	2014	1.390	146.571,48
					2015	1.400	147.625,95
					2016	1.420	149.734,89
					2017	1.450	152.898,31
					Total	5.660	596.830,63
Função 08 - Subfunção 244							
Implantar o Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF	Proteção Social Básica	P	Programa implantando	Unidade	2014		
					2015	1	108.000,00
					2016		
					2017		
					Total	1	108.000,00
Função 08 - Subfunção 244							
Manutenção do Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF	Proteção Social Básica	P	Famílias atendidas	Unidade	2014	5.000	324.000,00
					2015	5.000	432.000,00
					2016	5.000	432.000,00
					2017	5.000	432.000,00
					Total	20.000	1.620.000,00
Função 08 - Subfunção 244							
Construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	Proteção Social Básica	P	CRAS implantado	Unidade	2014		0,00
					2015	1	120.000,00
					2016		0,00
					2017	1	160.000,00
					Total	2	280.000,00
Função 08 - Subfunção 244							
Implantação do Restaurante Comunitário	Proteção Social Básica	P	Restaurante implantado	Unidade	2014		
					2015	1	80.000,00
					2016		0,00
					2017		0,00
					Total	1	80.000,00
Função 08 - Subfunção 244							
Manutenção do Restaurante Comunitário	Proteção Social Básica	P	Pessoas atendidas	Unidade	2014		
					2015	1.000	100.000,00
					2016	1.000	100.000,00
					2017	1.000	100.000,00
					Total	3.000	300.000,00
Função 08 - Subfunção 244							
Manutenção do Programa Cadastro Único - Bolsa Família	Proteção Social Básica	A	Pessoas	Unidade	2014	7.700	246.570,00



			cadastrais		2015	7.700	246.910,92	
					2016	7.700	246.910,92	
					2017	7.700	246.910,92	
					Total	30.800	967.643,68	
Função 08 - Subfunção 244					2014	3	500.000,00	
Elaboração e execução do PTS (Projeto Trabalho Social) para apoio ao PSH - Projeto Social Habitacional	Proteção Social Básica	A	Projetos implantados	Unidade	2015	3	500.000,00	
					2016	2	300.000,00	
					2017	-	-	
					Total	8	1.300.000,00	
Função 08 - Subfunção 244								
							Total no PPA	8.792.474,31

PPA 2014 - 2017
PROGRAMAS FINALISTICOS TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Programa 016-06: Apoio Sócio Educativo a Jovem em Situação de Vulnerabilidade
Objetivo: Atender jovens em situação de vulnerabilidade com atividades psicossociais, educativas, social e pessoal

Indicador	Índice mais recente				Índice final PPA
	Em apuração				
Taxa de atendimento a jovens e adolescentes	2014	2015	2016	2017	Total
Dados financeiros em R\$ médios/2013	451.400,00	647.555,00	508.800,00	510.600,00	2.118.355,00

Descrição da Ação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$)	
Manutenção do Programa Sócio Educativo em Meio Aberto	Proteção Social Especial	A	Crianças e adolescentes atendidos	Unidade	2014	120	4.400,00	
					2015	120	4.400,00	
					2016	120	4.400,00	
					2017	120	4.400,00	
					Total	480	17.600,00	
Função 08 - Subfunção 243 Construir e equipar 01(um) centro de adolescentes	Proteção Social Especial	P	Centro de Adolescentes construído	Unidade	2014	1	140.000,00	
					2015	-	-	
					2016	-	-	
					2017	-	-	
Total	1	140.000,00						
Função 08 - Subfunção 243 Manutenção de 01(um) Centro de Adolescentes	Proteção Social Especial	A	Centro mantido	Unidade	2014	1	20.000,00	
					2015	1	20.000,00	
					2016	1	20.000,00	
					2017	1	20.000,00	
Total	3	60.000,00						
Função 08 - Subfunção 243 Implantação e manutenção de oficinas de iniciação profissional no Centro de Atendimento ao Adolescente	Proteção Social Especial	P	Oficinas implantadas	Unidade	2014	4	36.155,00	
					2015	4	37.400,00	
					2016	4	39.200,00	
					2017	4	112.755,00	
Total	12	112.755,00						
Função 08 - Subfunção 243 Apoio e repasse de gêneros (alimentícios expediente e limpeza) as instituições não governamentais prestadoras de serviços a adolescentes.	Proteção Social Especial	A	Instituições Apoiadas	Unidade	2014	5	432.000,00	
					2015	5	432.000,00	
					2016	5	432.000,00	
					2017	5	432.000,00	
Total	20	1.728.000,00						
Função 08 - Subfunção 243 Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	Proteção Social Especial	A	Crianças e adolescentes atendidos	Unidade	2014	300	15.000,00	
					2015	300	15.000,00	
					2016	300	15.000,00	
					2017	300	15.000,00	
Total	1200	60.000,00						
							Total no PPA	2.118.355,00





PPA 2014 - 2017
PROGRAMAS FINALÍSTICOS TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

Programa 016-08: Atenção aos Conselhos Municipais
Objetivo: Manter em funcionamento os Conselhos Municipais

Indicador	Índice mais recente				Índice final PPA
	Em aplicação				
Taxa de atendimento aos Conselhos Municipais	2014	2015	2016	2017	Total
	85.000,00	86.800,00	88.900,00	91.600,00	352.300,00

Dados financeiros em R\$ médios/2013

Descrição da Ação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$)
Manutenção da Casa dos Conselhos	Proteção Social Básica	A	Conselhos mantidos	Unidade	2014	14	30.000,00
					2015	14	30.000,00
					2016	14	30.000,00
					2017	14	30.000,00
					Total	56	120.000,00
Função 08 - Subfunção 244 Manutenção do Conselho Tutelar	Proteção Social Básica	A	Conselho mantido	Unidade	2014	1	55.000,00
					2015	1	56.000,00
					2016	1	58.000,00
					2017	1	61.000,00
					Total	4	232.300,00
Total no PPA							352.300,00

[Handwritten signature]





PPA 2010 - 2013
PROGRAMAS FINALÍSTICOS TRABALHO E AÇÃO SOCIAL


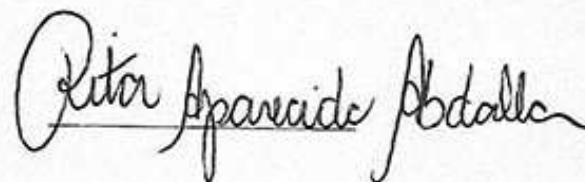
Programa 016-07: Atenção ao Trabalhador
Objetivo: Assegurar condições de trabalho à população carente

Indicador	Índice mais recente				Índice final PPA
	Em operação				
Taxa de atendimento ao desempregado					
Dados financeiros em R\$ médios/2013	2014	2015	2016	2017	Total
	180 000,00	193 000,00	384 400,00	216.000,00	973 400,00

Descrição da Ação	Unid. Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$)
Manutenção dos Programas de expedição de documentos	Departamento do Trabalho	A	Documentos expedidos	Unidade	2014	500	12 000,00
					2015	650	14 000,00
					2016	680	17 000,00
					2017	700	19 000,00
					Total	2 530	62 000,00
Função 08 - Subfunção 244 Construir e equipar 01 (uma) unidade de Centro de Geração de Renda	Departamento do Trabalho	P	Centro de Geração construído	Unidade	2014		
					2015		
					2016	1	180 000,00
					2017		
					Total	1	180 000,00
Função 08 - Subfunção 244 Manutenção de (uma) unidade de Centro de Geração de Renda	Departamento do Trabalho	A	Centro de Geração de Renda mantido	Unidade	2014	1	30 000,00
					2015	1	31 000,00
					2016	1	33 000,00
					2017	1	35 000,00
					Total	4	129 000,00
Função 08 - Subfunção 244 Atendimento e manutenção do SINE Sistema Nacional de Emprego	Departamento do Trabalho	A	SINE mantido	Unidade	2014	1	50 000,00
					2015	1	51 000,00
					2016	1	52 000,00
					2017	1	53 000,00
					Total	4	206 000,00
Função 08 - Subfunção 244 Manutenção do PAIS - Programa de Atendimento e Integração Social	Departamento do Trabalho	A	PAIS mantido	Unidade	2014	1	8 000,00
					2015	1	11 000,00
					2016	1	12 000,00
					2017	1	14 500,00
					Total	4	45 500,00
Função 08 - Subfunção 244 Manutenção da MUP - Micro Unidade de Produção	Departamento do Trabalho	A	MUP mantida	Unidade	2014	1	8 000,00
					2015	1	10 000,00
					2016	1	12 000,00
					2017	1	12 500,00
					Total	4	42 500,00
Função 08 - Subfunção 244 Manutenção do Centro de Geração de Renda	Departamento do Trabalho	A	Centro de Geração de Renda mantido	Unidade	2014	1	25 000,00
					2015	1	26 000,00
					2016	1	27 000,00
					2017	1	29 000,00
					Total	4	107 000,00
Função 08 - Subfunção 244 Manutenção do Posto de Identificação	Departamento do Trabalho	A	Posto de Identificação mantido	Unidade	2014	1	21 000,00
					2015	1	22 000,00
					2016	1	23 400,00
					2017	1	23 000,00
					Total	4	89 400,00
Função 08 - Subfunção 244 Apoio à regularização de direitos de trabalho através da atuação no mercado de trabalho	Departamento do Trabalho	A	juízos realizados	Unidade	2014	370	36 000,00
					2015	380	36 000,00
					2016	350	34 000,00
					2017	400	40 000,00
					Total	1 500	146 000,00
Função 08 - Subfunção 244						Total no PPA	973.400,00


Secretária do Trabalho e Ação Social

Equipe de Gestão:

 Luiz Máximo de A. Cordeiro  Peter Aparecido Abdalla



PREFEITURAMUNICIPAL
DEARAGUARI



DESPACHO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Referência:Processo Licitatório nº 166/2016 Pregão Presencial 090/2016 (REGISTRO DE PREÇOS 072/2016)

Assunto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO DESTINADO AO ATENDIMENTO DOS CENTROS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS (ESCOLAS) E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHES), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI.

Solicitante:Secretaria Municipal de Educação

O Secretário Municipal de Administração de Araguari-MG, Sr. Braulino Borges Vieira, no uso de suas atribuições e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pelo inc. III, §3º Decreto Municipal nº 107, de 17 de julho de 2013, bem como:

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios tramitantes neste município com fundamento no teor do art. 49, *caput*, da Lei Federal 8.666/93;

CONSIDERANDO o arazoado contido no Ofício nº. 382/2016, exarado pela Secretária Municipal de Educação, que, dentre outras ponderações, solicita a REVOGAÇÃO, por conveniência administrativa, do referido Procedimento Licitatório e de todos os seus atos;

CONSIDERANDO que a Administração pode revogar seus próprios atos por razões de conveniência e oportunidade conforme art. 49 da Lei 8.666/93;

DECIDE:

Tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, **REVOGAR**, com no art. 49 da Lei 8.666/93, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado nos autos do Processo nº 166/2016 - Pregão Presencial 090/2016 (REGISTRO DE PREÇOS 072/2016).

Intime-se à Secretaria Municipal de Educação para que, caso queira, apresente toda documentação necessária, para abertura de novo procedimento licitatório.

Publique a presente REVOGAÇÃO, observadas as previsões legais pertinentes. Cumpra-se. Ao fim, archive-se.

Araguari-MG, 28 de julho de 2016

Braulino Borges Vieira
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURAMUNICIPAL
DEARAGUARI



CONVOCAÇÃO PARA POSSE

O Prefeito Municipal de Araguari, no uso de suas atribuições, através da Secretaria Municipal de Administração. CONVOCA os servidores públicos municipais nomeados no dia 27/07/2016, para tomarem posse em seus respectivos cargos no dia 01/08/2016 as 08:00 h. na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Dr. Afrânio, 161 - Centro - Araguari-MG.

Braulino Borges Vieira
Secretário Municipal de Administração

Raul José de Belém
Prefeito Municipal



Correio Oficial

Acompanhe
também
pela internet!

www.araguari.mg.gov.br





ACABE COM A DENGUE. SÓ DEPENDE DE VOCÊ.

